

OS COMÍCIOS E A POLÍTICA DE FACÇÕES

MOACIR G.S. PALMEIRA

Museu Nacional, UFRJ

BEATRIZ M.A. HEREDIA

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ

Se tivéssemos que descrever esquematicamente o cotidiano das pequenas cidades e povoados do interior do Brasil, diríamos que a vida de seus habitantes resume-se a uma rotina que os conduz diariamente de casa ao trabalho e do trabalho para casa — que, no caso de boa parte dos trabalhadores rurais, é levada a uma espécie de limite pela coincidência entre a casa e o local do trabalho. Essa rotina, nos fins de semana, desdobra-se nas visitas familiares, no comparecimento às missas ou outros cultos religiosos e às feiras semanais; ou, ainda, em partidas de futebol ou torneios de bocha. Intercalando o percurso de casa ao trabalho e do trabalho para casa ou prolongando a conversa entre amigos que se encontram nas atividades dominicais, as vendas e bares são uma constante na sociabilidade dessas populações. Fora isso, há ainda, de tempos em tempos, as reuniões sindicais e as assembléias das cooperativas.

Nenhuma dessas atividades que fazem a rotina diária ou semanal das comunidades é pensada como política. Isso se aplica mesmo a atividades como a sindical (cuja vinculação com a política, para o senso comum das grandes cidades, ou pelo menos de seus segmentos intelectuais, tem foros de evidência) ou até aquelas desenvolvidas no dia-a-dia pelos que poderíamos designar como "profissionais da política" (dos ocupantes de cargos eletivos aos permanentes de um partido), percebidas pela população como atividades de assistência ou, tão somente, prestações de favores, em nada distintas de prestações do mesmo gênero que têm lugar nessa sociedade.

A *política* aparece com as eleições¹. E aparece subvertendo o cotidiano. O início da campanha eleitoral acrescenta àquelas atividades habituais umas outras tantas. E aqui estamos pensando não apenas nas múltiplas tarefas de que são incumbidos os cabos eleitorais, funcionários de partidos e militantes, que vão da elaboração e distribuição de material impresso pelas

-
1. O material empírico que serviu de base a este artigo provém do acompanhamento das eleições municipais (prefeitos e vereadores) de 1988 e das eleições estaduais (deputados estaduais, deputados federais, governador e senador) de 1990 em dois estados da federação — Pernambuco e Rio Grande do Sul — por um grupo de pesquisadores.

Em Pernambuco, foram estudados mais diretamente dois municípios da área canavieira, onde predominam as grandes propriedades territoriais (engenhos e usinas) e o trabalho assalariado, e um município na microrregião conhecida como Sertão do Pajeú, onde se intercalam grandes e médias propriedades de criação de gado e pequenas propriedades voltadas para o cultivo de alimentos. Na área canavieira, a mobilização sindical e política dos trabalhadores rurais é forte e antiga, sendo que em um dos municípios mencionados, em 1988, havia candidatos lançados pelo sindicato. No Sertão do Pajeú, o trabalho sindical também é intenso, embora mais recente. Ai, apesar das desigualdades sociais menos pronunciadas, os esquemas tradicionais de dominação são vistos como ainda tendo um grande peso. A título de controle, foram feitas visitas rápidas a outros municípios, sendo que em 1990 tivemos oportunidade de acompanhar, em seu último mês, a campanha de um candidato a deputado estadual.

No Rio Grande do Sul, foi escolhida a microrregião de Santa Rosa, área de pequenos agricultores, produtores de soja e trigo de origem italiana e alemã, relativamente capitalizados, de sindicalismo forte. Ali, o trabalho político dos sindicatos já vinha de alguns anos e a "regional sindical" já tinha conseguido eleger um deputado federal constituinte em 1986. Nesse estado, os dois municípios mais diretamente acompanhados foram escolhidos menos pelas suas disparidades econômicas (ainda que um deles seja visivelmente mais próspero) do que pela possibilidade de se ter acesso à atividade política através de partidos diferentes. A título de controle, também foram feitas visitas rápidas a outros municípios desta e de outras microrregiões do estado.

Os nomes de pessoas e localidades foram alterados, como de costume. Foram mantidos, todavia, os nomes de regiões e de figuras públicas que não têm uma atuação direta na política dos municípios, a não ser em raros casos em que a sua menção poderia causar algum tipo de constrangimento.

Os autores têm bolsa de pesquisa do CNPq e o trabalho de campo foi realizado com recursos da FINEP (Convênio FINEP/PPGAS-MN-UFRJ) e da UFRJ.

Participaram do acompanhamento das eleições de 1988 os pesquisadores Moema Marques, Maria Hortense Marcier (Pernambuco) e Aurélio Vianna Junior (Rio Grande do Sul); das de 1990, Margarita Gaviria, Claudia Guebel, Carlos Kuz (Pernambuco) e Guillermo Rogel Gomez (Rio Grande do Sul). Este último era, na época, mestrando do IFCS-UFRJ. Os demais eram mestrandos do PPGAS-MN-UFRJ.

ruas até as reuniões para traçar estratégias de campanha, mas, sobretudo, nas atividades, por assim dizer, extras, que se dão às pessoas: o comparecimento aos comícios; a audiência dos programas eleitorais radiofônicos ou televisivos; a participação nas rodas de discussão política, onde comícios e campanhas são objeto de comentários; a ida aos comitês eleitorais e às casas dos próprios candidatos em busca de doações (que, nessa época, se intensificam) ou favores (não raramente, a própria regularização dos documentos eleitorais).

Durante aquele período, a *política* invade as atividades cotidianas as mais díspares. A presença de candidatos ou de representantes seus nas festas de igreja ou de escola é uma constante. Por outro lado, não será surpresa, no enterro de figuras importantes da comunidade e até mesmo de cidadãos comuns, a presença de candidatos ou políticos a eles ligados, que não deixarão passar a oportunidade de, brindando os participantes com discursos laudatórios ao morto ou simplesmente oferecendo sua solidariedade aos familiares, estabelecerem ou reforçarem ligações sociais que poderão se traduzir em votos².

A campanha eleitoral "posta na rua", a fisionomia habitual dessas localidades se transforma. Os cartazes de propaganda, com fotos de candidatos, e as cores que identificam os diferentes partidos ou alianças partidárias, em faixas e bandeiras, oferecem uma visão desses aglomerados que não se tem em outros momentos. Mas, sobretudo, muda a geografia social. Lugares "novos" ganham destaque. É o caso dos "comitês eleitorais", espécie de quartéis gerais das campanhas, que, instalados alguns meses antes das eleições e desativados, em muitos casos, antes mesmo que as urnas tenham sido abertas, apresentam um poder de atração que os diretórios partidários não conseguem ter ao longo do ano. Em certos casos, abertos dia e noite, oferecem uma referência nova à sociabilidade do lugar e assina-

-
2. Mesmo uma unidade social tão fundamental quanto a família é atingida pela política. Se o período das eleições representa uma ocasião privilegiada para que uma família aumente seu poder, ligando-se a um determinado candidato ou facção, este pode ser também um momento de crise. Se ela não consegue alinhar todos os seus membros de um mesmo lado ou distribuir harmoniosamente seus votos entre diferentes candidatos e facções, a ameaça de divisão torna-se uma realidade. Para conjurá-la, às vezes é necessário alterar o calendário familiar, suspendendo visitas, festas ou reuniões até que esses encontros deixem de ameaçar sua unidade. Ver, a propósito, o artigo de Claudia Guebel sobre sua experiência num dos municípios da Zona da Mata de Pernambuco (Guebel 1994).

lam uma espécie de centro do espaço a ser ocupado na disputa política por cada partido.

"Atraídos" por comitês ou afetados pela adesão pública dos que os controlam a uma facção, lugares públicos — certas praças e ruas, mas também estabelecimentos comerciais que nucleiam uma sociabilidade mais ampla que a sua finalidade comercial, como bares, farmácias, quitandas, barbearias — normalmente freqüentados por não importa quem, tornam-se monopólio de uma facção política e objeto de interdição das demais, pelo menos até o final desse período. Se as fachadas das casas e as ruas e carros enfeitados, além das músicas, que são uma constante, dão um ar de festa a essas localidades, a segregação faccional dos espaços de convivência social apontam para a intensidade do conflito que então parece cindir aquelas comunidades. Não é por acaso que a política é associada à divisão.

Durante o *tempo da política*, as facções políticas, que, no dia-a-dia, se dissolvem em múltiplas redes de relações pessoais, mostram-se por inteiro e, por assim dizer, ganham existência aos olhos dos membros daquela sociedade. Na disputa faccional que se estabelece nessa ocasião, está em jogo menos uma disputa eleitoral *stricto sensu* do que a afirmação do peso relativo de diferentes partes da sociedade umas diante das outras, o que é decisivo para a ordenação das relações sociais. Ao mesmo tempo que afirma ou reafirma as fronteiras das facções, o *tempo da política* legitima as "migrações" inter-faccionais, permitindo os rearranjos de compromissos que, por uma razão ou por outra, foram sendo desfeitos no interregno entre duas eleições.

O caráter sazonal da *política*, ao contrário de sugerir a sua falta de importância, afirma a importância que tem nas representações e práticas sociais dessa sociedade. Na verdade, as eleições definem um "período" crucial no calendário da população. Como o ciclo de festas religiosas que se estendem, anualmente, do início de dezembro até o Dia de Reis, em janeiro, configuram o "tempo de festas", ou "as festas"; ou como os eventos litúrgicos que se estendem da Quarta-feira de Cinzas ao domingo de Aleluia delimitam o "tempo da Quaresma"; as eleições abrem espaço para o *tempo da política*³.

3. Aproximações explícitas entre festa e política são feitas pela população. Assim, para traduzir o clima que se instaura nas pequenas cidades e povoados do interior, um informante do

OS COMÍCIOS E A POLÍTICA DE FACÇÕES

São os comícios que sinalizam o início do *tempo da política*. Antes do primeiro comício, as pessoas dizem: "a campanha está começando, mas de fato ela não começou; ela começa mesmo com os comícios". Mas a ruptura com o cotidiano por eles operada não se limita a essa função de marco inicial. Eles são a marca, por excelência, da própria ocorrência da atividade política⁴. Não é por acaso que os comícios vão se tornando mais freqüentes e ocupando uma parcela cada vez maior do tempo da população à medida que se aproxima o dia da eleição. No último mês, são comuns as seqüências de dois, três ou quatro comícios do mesmo candidato num único dia e até comícios simultâneos em diferentes localidades. A intensificação da atividade política se traduz também na ocorrência de comícios de candidatos adversários, no mesmo horário, na mesma cidade.

Quando não acontece assim, ou seja, se esse fluxo de comícios se interrompe, isso é lido pela população como sinal de fraqueza do partido, ou do candidato. Uma seqüência regular de comícios parece absolutamente necessária para mostrar o vigor de uma candidatura, assinalar que há perspectiva de vitória e, assim, comprometer os eleitores nesse movimento⁵.

Pajeú nos dizia, com aprovação de outras pessoas presentes, que "as eleições são a festa do sertão".

4. Como ficou claro por ocasião do plebiscito sobre regime e sistema de governo em que os eleitores do país foram chamados a escolher entre monarquia e república e entre parlamentarismo e presidencialismo. A ausência de comícios fez com que a população rural, pelo menos no Sertão do Pajeú, não reconhecesse o plebiscito como política e demonstrasse uma profunda indiferença por aquela consulta inusitada.
5. Isso parece incorporado ao cálculo que é feito pelos candidatos. O relato do candidato a vice-prefeito da cidade do sertão de Pernambuco que estudamos, considerado o estrategista da campanha, ilustra exemplarmente esse ponto. "No início, as coisas estavam mais para nós. Qualquer pessoa com quem você falasse dizia que ia votar na gente. Mas os comícios da gente estavam pequenos. Não havia cuidado de nossa parte de divulgar os comícios, de trazer gente etc. Aí, começaram a dizer que a gente ia perder. Então, resolvemos jogar tudo no comício do governador (comício com a presença do governador do estado). E deu certo. Foi gente demais. Mas, depois, nos criou um problema porque, se a gente fizesse outro comício na cidade, ia ser menor. Então, preferimos ir fazendo nos povoados. E a coisa foi crescendo... O de São João (vila do município para onde estamos nos dirigindo quando o candidato fez esse relato) foi grande demais. E nós não gastamos dinheiro nele. Não levamos ninguém (de fora). E eles gastando, eles gastando dinheiro... Mas para o encerramento (comício de encerramento) eu resolvi jogar pesado. O governador não podia vir de novo mas eu quis, pelo menos, um secretário (referência ao secretário de agricultura do estado que compareceu ao comício de encerramento)..."

Os comícios — ou, mais especificamente, seus palanques — como vamos tentar mostrar — serão o lugar, por excelência, de manifestação de identidade de uma facção, senão da própria existência de facções. Aliás, é em torno dos próprios comícios que se dá um dos embates mais intensos desse período, que é marcado pelos conflitos. A questão do local onde cada facção fará realizar os seus grandes comícios é considerada crucial nas estratégias de campanha. O resultado dessa disputa, que, muitas vezes, envolve, além da prefeitura e da polícia, a própria justiça eleitoral, corresponde a uma primeira manifestação da força relativa de cada facção. A atribuição, em caráter permanente, de uma praça importante para os comícios de uma facção, contribuirá para alterar a geografia social da cidade ou da vila num determinado sentido e pesar no desdobramento da campanha e, em última análise, nos resultados da eleição.

O comício não se confunde com um ajuntamento qualquer de pessoas em torno de um candidato. Tanto em Pernambuco, quanto no Rio Grande do Sul, a população distingue cuidadosamente o comício da reunião. A reunião é dialogada; o comício, não. No comício, só fala quem está no palanque. Não há lugar para consulta. Os de fora do palanque devem limitar-se a ouvir. Na reunião, a expectativa é inversa. É o candidato quem ouve e, naturalmente, responde. As tentativas de tornar o comício dialogado, a não ser em circunstâncias muito especiais ou no caso de candidatos com muito carisma, são complicadas e podem comprometer o próprio comício. O caráter solene de comício é essencial.

De forma aparentemente paradoxal, a distância entre palanque e público instaurada pelo comício — que é uma espécie de atualização da distância que ele demarca entre a excepcionalidade do período eleitoral e o cotidiano — estimula a participação da população como não o conseguem fazer outras formas de assembléia política. E isso se torna mais surpreendente quando se constata que, se há uma unanimidade nesse tempo de divisões, que é o tempo da política, é a de que "comício não dá voto"⁶.

6. Quando se trata de avaliar o que significam os comícios nas campanhas eleitorais, as divisões partidárias cedem lugar a um outro tipo de clivagem, aquela que opõe "os que têm experiência na política" aos novos, aqueles que não têm o controle prático das regras. Estes ou bem questionam, a exemplo de alguns especialistas de marketing político, a eficácia do comício no convencimento do eleitor ou bem questionam seu próprio desempenho. Um candidato derrotado de Pernambuco expressa isso em seu desabafo: "Comícios

Diante desse mal-encontro, a pergunta que ocorre é: se os comícios não dão votos, por que tanto esforço dispendido na sua realização — e ainda mais numa ocasião em que o que se procura é justamente votos?

No nosso caso, políticos e cabos eleitorais, com a autoridade que lhes emprestam o saber e o fazer e com a gana de antropólogos investindo contra uma concepção instrumental dos rituais, já relativizam o lugar da eficácia dos comícios: os votos passariam pela demonstração de força das facções rivais e não por aquilo que é dito nos palanques, embora essa "demonstração", que é o comício, seja fundamental para uma facção demonstrar a força que tem e, assim, poder ganhar a luta que se trava em torno das eleições. Não é casual que, como indicamos antes, o bom desempenho de uma campanha eleitoral seja lido através da avaliação social que é feita dos seus comícios.

Um entendimento mais "completo" de porque esse "jogo de força" passa pelos comícios e não por outras formas de ajuntamento ou de comunicação política supõe uma análise tão exaustiva quanto possível desse ritual⁷, situando-o no contexto em que ele é posto pelos que o realizam — não um contexto genérico qualquer (uma "estrutura social" do gosto do pesquisa-

não dão votos [...] Eu mesmo era quem contratava os artistas, eu mesmo era quem mandava buscar o povo em caminhões para encher os comícios... Então, eu criava uma audiência falsa. Os comícios mais bonitos eram os nossos e nós perdemos a eleição."

Os cabos eleitorais e os políticos experientes têm uma outra visão das coisas. Um cabo eleitoral gaúcho — desses que, a cada eleição, vale-se daqueles mesmos expedientes enumerados pelo não-deputado, para ganhar ou para perder — formula a mesma idéia de que comício não dá voto de uma maneira que soa cínica, se confrontada com o *mea culpa* daquele nosso marinheiro de primeira viagem: "Só vai para comício quem já vai votar no partido". O que equivale a dizer: "Ninguém vai a comício para convencer alguém". Ou: "Comício tem que ser feito mesmo com artista contratado, com povo levado de caminhão e tem que ser bonito".

7. Não estamos muito preocupados com a propriedade ou impropriedade de nos referirmos ao comício como um ritual e nem é nossa intenção justificar porque não adotamos distinções do tipo rituais/cerimônias. Acreditamos, como Roberto DaMatta, que o fundamental é pensar as relações que se estabelecem entre eventos vividos como excepcionais, como o são os comícios, e o cotidiano a que estão referidos. No seu *Carnaval, Malandros e Heróis*, DaMatta formula isso de modo exemplar (DaMatta 1979). Diga-se, de passagem, que a nossa dívida teórica com DaMatta não se limita a essa preliminar e o leitor não terá dificuldade de localizá-la no tratamento de pontos como as noções de "centro ritual" ou de "contaminação" ou ainda de idéias como aquela da facção querendo "engolir" a facção rival.

dor), mas o *tempo da política*. Experimentar nessa direção é o que se propõe este artigo.

* * *

Durante o tempo da política, tanto se realizam comícios nas sedes dos municípios, quanto em vilas e povoados; ou em aglomerados outros, como os engenhos, na área canavieira de Pernambuco; ou as linhas, nas áreas de colônia do Rio Grande do Sul. Mas eles estão muito longe de serem uniformes. Há diferenças importantes tanto na distribuição da preferência por um ou outro local (por exemplo, em Pernambuco prevalecem os comícios nas sedes; já no Rio Grande do Sul, parecem predominar os comícios nas colônias) quanto no feitio dos próprios comícios. É dessa diversidade que cabos eleitorais, militantes partidários e a população em geral, com diferentes graus de precisão, tentam apropriar-se através de "tipologias", onde aparecem figuras como os "grandes comícios", "comícios relâmpagos", "comícios de um só candidato", "comícios de encerramento de campanha", "comícios de abertura", "comícios de engenho" etc. Não são classificações rígidas. Expressões novas são inventadas a cada campanha ou criadas "em situação"; outras caem em desuso de uma eleição para outra, para às vezes serem tiradas do baú por um fato novo. Se essa volubilidade testemunha da atenção dada por essa sociedade aos comícios, não poderemos, todavia, nos deter em sua análise. Se as evocamos é somente para dizer que nossa referência, na etnografia pouco ortodoxa que nos estamos dispondo a fazer, serão os "grandes comícios", que, antes de se contraporem a alguma coisa como os "pequenos comícios", singularizam-se por serem concebidos, ao contrário de todos os outros, como comícios mais completos, comícios com todas as letras, comícios sem risco de serem confundidos com alguma outra das muitas formas de reunião que pontilham o tempo da política.

A expressão grandes comícios pode ser enganosa, pois não se trata apenas de uma questão de tamanho. Um grande comício pode dar certo e ser efetivamente grande. Mas pode fracassar e acabar reunindo um número reduzido de pessoas. Se a intenção de juntar uma grande quantidade de participantes faz parte de sua definição, mais do que o juntar, o importante é a intenção (e os atos que a sua efetivação supõe). Os grandes comícios são planejados e preparados.

Por outro lado, na avaliação do público e dos organizadores, tanto quanto a quantidade de pessoas reunidas, que é sempre problemática, o que faz o comício grande é a diversidade de localidades atraídas e de categorias sociais atingidas — o "grande comício" é, geográfica e socialmente, abrangente — e o caráter ostensivo (e, às vezes, ostentatório) da arregimentação promovida.

O "grande comício" é grande também pela grandeza das estrelas que entroniza no palanque. Se todo comício, como que para assinalar a externalidade da política (seu caráter extracotidiano, a que nos referimos, mas também uma certa externalidade dos políticos, de que trataremos mais adiante), supõe a presença de pessoas de fora, o "grande comício" exige presenças especiais: autoridades que emprestem autoridade ao palanque e ao que a partir dele vai ser dito (governadores de estado, candidatos a cargos majoritários, o deputado da região, um político nacional) ou figuras que, mesmo desprovidas de uma autoridade específica (como os artistas), pela sua notoriedade, pelo seu prestígio em outros campos, garantam a distância necessária entre o palanque e o público.

Como outras solenidades, o "grande comício" é anunciado. De modo significativo, ele é anunciado através de fórmulas que o designam como um "grande comício" ou um "grandioso comício" — reunindo "gente de toda parte" e contando com a presença no palanque de "grandes nomes" — ou seja, fórmulas que lhe conferem, por antecipação, o status de um evento excepcional.

O "grande comício" supõe um lugar grande e central. Assim, mesmo naquelas regiões em que as estratégias de campanha privilegiam os comícios na "área rural", os grandes comícios tendem a ocorrer nas cidades e, em campanhas de âmbito estadual, nas cidades de maior porte. Mas, como o "grande comício" transmite ou cria "grandiosidade", os políticos usam o artifício de fazerem comícios real ou supostamente grandes em pequenos povoados, como uma espécie de reconhecimento da sua importância. Reunindo gente de vários lugares para ouvir, num encontro revestido de solenidade, pessoas de um certo status ou políticos reconhecidos, o comício coloca o povoado, momentaneamente, numa posição de "centro"⁸.

8. Uma reunião com apenas pessoas da localidade não consegue ter o mesmo efeito e, significativamente, não é vista como comício. Se, além disso, o candidato for do mesmo lugar,

Visitas, carreatas e passeatas

Todo comício supõe uma preparação. Em primeiro lugar, uma preparação propriamente material. É preciso escolher um lugar adequado, providenciar um palanque, enfeitar o local escolhido com bandeiras das cores do partido, instalar iluminação e som e tomar um sem-número de outras medidas, que supõem uma atividade intensa (que inclui desde o trabalho braçal até as peregrinações burocráticas em busca das autorizações necessárias e as idas ao comércio à procura do que falte) de funcionários dos comitês, militantes partidários e trabalhadores contratados.

O comício exige um amplo trabalho de divulgação, que envolve não só a distribuição de material impresso ou a transmissão de avisos pelo rádio, mas, principalmente, o envio de cabos eleitorais e militantes partidários ao maior número possível de locais com carros de som que, de forma *pública*, mas *próxima*, anunciem o comício e convoquem a população a comparecer. Anúncios repetidos da hora e local do comício, bem como dos convidados ilustres, hinos ou músicas do gosto da população, palavras de ordem, slogans, criam um "clima", onde se combinam elementos cívicos e festivos, que, de uma certa maneira, antecipa o comício. Não faltam mesmo, em algumas ocasiões, pequenos discursos inflamados, vinculando o comício a ser realizado a questões específicas da localidade visitada.

A partir de uma certa hora, aos carros de som se juntam os caminhões e ônibus que irão garantir o transporte das pessoas para o comício e o seu retorno para casa⁹.

difficilmente ela será vista como uma reunião política.

9. Eleitores lotando ônibus e caminhões para ir ao comício é uma cena comum em épocas de eleições não apenas na área rural e, não poucas vezes, tem sido denunciada pela imprensa como uma espécie de aliciamento eleitoral. Mas não basta pensar esse procedimento absolutamente generalizado apenas como uma prática viciosa da política. Mesmo que a sugestão da existência de algum tipo de coação sobre o eleitor transportado faça parte da retórica faccional, o significado desse empenho generalizado de transportar eleitores para os locais de comício tem a ver, antes, com a própria concepção do que seja comício. Como é importante que o comício tenha muita gente e que o comício conte com a presença de pessoas de diferentes lugares, esse deslocamento não só é pensado como indispensável, como é fundamental que ele seja absolutamente visível. Não é demais lembrar que as rádios locais e os carros de som dos candidatos anunciam o percurso e horário de ônibus

Muitas vezes, no caso das eleições municipais, são os próprios candidatos a prefeito e a vice que fazem, diretamente, a convocação, percorrendo as localidades, acompanhados pelos líderes que eles reconhecem como seus representantes naquelas áreas, convidando as pessoas para o comício. A convocação formal (oficial) feita pelos carros de som e a simples oferta de transporte não bastam. O que irá garantir a presença das pessoas será a *campanha*¹⁰.

Nas visitas feitas, está em jogo menos um trabalho genérico de convocação ou de convencimento de eleitores potenciais do que convites pessoais¹¹. Se uma simples visita já supõe uma retribuição, o convite, por informal que seja, formaliza essa necessidade, explicitando a retribuição que é esperada e criando uma espécie de dívida do dono da casa visitada para com seu visitante, que, não sendo resgatada, pode interromper uma relação que, às vezes, apenas acabou de começar.

e caminhões e que essas informações são afixadas nos comitês dos partidos.

10. O termo *campanha* tanto serve para designar o conjunto de atividades de divulgação e propaganda do nome dos candidatos no período que antecede a eleição, quanto essa atividade específica que antecede os comícios.
11. A importância das visitas e o julgamento do desempenho de um político ou de um candidato podem ser surpreendidos na ironia de um pequeno comerciante, ex-trabalhador rural, visitado por uma importante figura da política municipal, fundador do sindicato e, então, ocupando um cargo na diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, às vésperas das eleições municipais de 1988, no sertão de Pernambuco. Quando o sindicalista perguntou em quem Seu Zezé iria votar para vereador, ele respondeu que, havia pouco tempo, tinha aparecido por ali o primeiro vereador desde que mora no local. Disse que o recebeu bem, conversou, censurou-o por só então aparecer, mas não assumiu "compromisso". E continuou, num tom jocoso: "Agora, tem também um outro vereador, do nosso partido, que fala muito a favor da pobreza, ligado ao sindicato... que eu gosto dele". O sindicalista não se conteve e disse o nome de seu candidato: "Brasileiro...?" "Pois, justamente, como é que o senhor adivinhou?" respondeu sorrindo. E seguiu com a sua fala: "Ele também não me conhece, mas eu conheço ele lá do sindicato de Soledade (cidade vizinha). Também ouço ele pelo rádio. Gosto muito das palavras dele. Brasileiro fala bem e tem trabalhado. Só não tem aparecido [...] ele é muito conhecido pelo ar. Mas precisa mostrar a figura. Vereador tem que andar pelas casas, conversar com um, com outro, saber das necessidades". O sindicalista aceitou as queixas, procurou explicar que ele era o único vereador do partido, mas garantiu que iria aparecer. A reação de Seu Zezé foi imediata: "Olhe, eu não tinha dado a minha palavra a ninguém, mas agora eu tenho um compromisso com Brasileiro. Agora, quando ele aparecer aqui, eu vou puxar as orelhas dele. Não é para vir na minha casa não, que eu já estou sabendo das coisas. É para ir para casa dos outros, que ainda não sabem o que eles (o vereador e seu grupo) estão fazendo".

Essas ações preparatórias vão ganhar densidade e assumir um caráter festivo e dramático nas horas que antecedem imediatamente a realização dos comícios, sob a forma de passeatas e carreatas. Se, no momento anterior, a ação coletiva de militantes era individualizada através das visitas e convites feitos pelos políticos, agora é a disposição individual dos eleitores que é transformada em uma ação coletiva através dessas manifestações. O desfile ruidoso de ônibus, caminhões, carros de passeio, motocicletas e outros veículos, com toques de buzina, foguetes, gritos, slogans e música, além de faixas e bandeiras, pelas estradas do município ou pelas ruas da cidade-sede, transforma o simples deslocamento de eleitores para os comícios em carreatas, hoje talvez parte indispensável de qualquer grande comício. Isso é particularmente verdade no Rio Grande do Sul, onde essas carreatas são encabeçadas por pick-ups, cobertas por bandeiras, conduzindo os candidatos, que acenam, continuamente, para as pessoas que se encontram ao longo do trajeto¹².

Em Pernambuco, as passeatas têm peso maior. As próprias carreatas, que vêm das vilas e povoados para os comícios na sede, tendem a se dissol-

12. No sertão de Pernambuco, nas eleições de 1990, tivemos ocasião de presenciar um encontro de carreatas adversárias que se deslocavam em sentidos opostos, na saída da cidade que estávamos estudando, sobre uma ponte estreita que impedia a dupla circulação. O que víamos assemelhava-se a uma batalha carnavalesca, cada um dos lados fazendo mais barulho que o outro, como se quisesse silenciar o adversário. Afora uma bandeira arrancada que provocou um início de briga, prevaleceu um clima lúdico. Ao invés de confete, grupos bem-humorados de jovens das facções opostas saíam de seus carros para despejar centenas de panfletos de seus candidatos nos carros do outro grupo. A uma palavra de ordem de um lado, correspondia uma vaia do outro, logo replicada por aplausos do primeiro lado. Ao final dessa "batalha" sem desfecho e, portanto, sem vencedores, ambos os lados sentiram-se vitoriosos. Sua carreata era maior, mais animada, tinha abafado a do adversário, era mais espontânea — esses e outros comentários foram feitos no caminho e repetidos nos discursos dos comícios que se seguiram.

Na região colonial do Rio Grande do Sul, assistimos a um encontro semelhante. Mas só que, ao contrário desse de Pernambuco, ele teve lugar dentro da cidade, e as carreatas se deslocavam no mesmo sentido. A primeira carreata, que era do PDT, um dos partidos políticos fortes do município, já estava na rua, quando a carreata do PSDB, que vinha percorrendo um circuito de cidades reunindo gente para um comício a ser realizado em Santa Rosa, alcançou-a. A exemplo do que descrevemos para Pernambuco, houve trocas de vaías, slogans etc., mas rapidamente a passeata "invasora" e de tamanho menor, para evitar um confronto e até mesmo comparações que seriam desvantajosas, desviou seu percurso para outras ruas da cidade.

ver nas passeatas que conduzem a população da cidade para o grande comício. Saindo de um comitê eleitoral ou partindo de pequenos comícios dispersos, forma-se um cortejo festivo onde não pode faltar o carro de som, bandeiras e faixas coloridas, pessoas vestidas com as cores de sua facção ou portando camisetas com propaganda de seus candidatos, que vai incorporando em seu trajeto outras pessoas, famílias ou grupos maiores, identificados com aquela facção política ou simplesmente motivados pelo clima carnavalesco que se cria. É o *arrastão*.

O local onde essa passeata festiva irá desembocar é um espaço previamente delimitado e estruturado. O local do comício obedece a uma organização espacial simples, mas marcante. Se os seus limites externos são assinalados de forma tênue pela presença de bandeirolas e uma iluminação que não se limita às lâmpadas dos postes convencionais, sem qualquer barreira que impeça o acesso das pessoas (ao contrário, a idéia é atraí-las); internamente, a presença do palanque, um espaço cercado, situado numa elevação do terreno ou sobre uma armação suficientemente alta para torná-lo o ponto mais visível numa extensão plana, estabelece uma fronteira nítida entre os lugares a serem ocupados pelos participantes do evento. Construído especificamente para aquele comício ou adaptado de um velho coreto de praça ou, ainda, "improvisado" na carroceria de um caminhão, o palanque assinala a diferença entre um espaço fechado e um outro aberto, entre um alto e um baixo. Sua iluminação mais intensa e uma ornamentação especial — providências tomadas com maior ou menor esmero, mas, em todo caso, indispensáveis — servirão para reforçar a visibilidade dos que devem ser vistos e, ao mesmo tempo, para garantir parte da pompa necessária a um evento dessa ordem. Finalmente, a localização dos microfones e caixas de som indicará que há um espaço dos que falam e um espaço dos que ouvem e que o palanque pertence aos primeiros.

Se, nas passeatas, os candidatos e políticos de maior expressão não chegam a se confundir inteiramente com a massa dos manifestantes, podendo ser a qualquer momento identificados no meio da multidão, há, todavia, entre eles e os seus seguidores uma proximidade até mesmo física. Eleitores e políticos se esbarram, abraçam-se, pedidos são feitos, pequenas conversas são entabuladas, e os candidatos dançam e cantam como qualquer um. Mas esse quadro muda radicalmente a partir do momento em que, como num passe de mágica, aqueles mesmos candidatos ou políticos de prestígio apare-

cem à frente do palanque¹³ e, sobretudo, a partir do momento em que é anunciado o início do comício. Embora o palanque não seja uma barreira absoluta ao contato entre o candidato ou político e o público — é comum candidatos debruçarem-se sobre a mureta do palanque para apertar a mão estendida de um eleitor — e, tampouco, a simples realização de um princípio hierárquico, seguramente transforma-se a modalidade de interação entre eles, a partir do momento em que o palanque é "formado".

O palanque: autoridades, artistas e convidados

Políticos e candidatos são não apenas indispensáveis, mas centrais na composição de qualquer palanque. Um comício sem candidatos, feito apenas por militantes de uma certa candidatura, é quase inconcebível. Todavia, o palanque de um grande comício exige mais do que candidatos e políticos do lugar. Além deles, políticos de fora, figuras de destaque do município e de fora, artistas de alguma notoriedade, são presenças obrigatórias¹⁴. Um palanque que se preze, na expressão de apresentadores e oradores, deverá comportar, necessariamente, *autoridades, artistas e convidados*¹⁵.

-
13. O acesso ao palanque se dá por uma escada colocada em sua parte posterior. O público, na sua maior parte, não se aproxima do espaço próximo a esse acesso, geralmente ocupado por freqüentadores do palanque em momento de descanso. Os eleitores que, entrando nessa área, tentam subir a escada do palanque são, via de regra, dissuadidos por militantes ou, em comícios maiores, por seguranças.
 14. A ambigüidade dos de "fora", simultaneamente foco de ameaça e fonte de prestígio, como já foi assinalado para outras sociedades, lhes confere como que naturalmente uma posição especial. Se essa ambigüidade é pequena no que diz respeito àqueles que detêm para além dos limites da comunidade uma autoridade institucional, ela é grande para os estrangeiros de passagem, como o pesquisador. Não é por acaso que a sua presença embaixo do palanque, no meio do público, sempre se mostra incômoda e quase sempre ele é convidado a subir ao palanque e até fazer uso da palavra, tomando-se mais um entre os notáveis de fora. Mesmo quando a subida no palanque não acontece, seja pela recusa do pesquisador, seja porque não foi convidado, sua presença é necessariamente anunciada. Num certo sentido, é a mesma coisa que acontece com os artistas do lugar. Marginais nas disputas permanentes entre facções e pensados como tendo um lugar especial na sociedade, a eles é dispensado o mesmo tratamento que aos de fora, sendo puxados também para o palanque.
 15. Os apresentadores de comício, aos quais nos referiremos adiante, e os oradores, em suas saudações, costumam referir-se a *autoridades, artistas e convidados*. O termo *autoridade*

Entre os políticos, estão ali, numa eleição municipal, desde o candidato a vereador sem chance de eleger-se até o candidato a prefeito e o deputado da região; ou, numa campanha de âmbito estadual, o vereador menos expressivo do partido ou um antigo cabo eleitoral, o deputado estadual com base eleitoral sólida no município ou na região, o candidato a deputado federal apoiado por esse deputado e, pelo menos, um dos candidatos à eleição majoritária de senador ou governador.

As pessoas de destaque convidadas para o palanque são advogados, médicos, dirigentes de associações de diferentes tipos, empresários, líderes religiosos; em resumo, pessoas *conhecidas*, cujo prestígio ultrapassa os limites das facções políticas. Algumas delas permanecem no palanque durante todo o comício e podem mesmo chegar a fazer uso da palavra. Outras ficam apenas o tempo suficiente para cumprimentar os candidatos. O importante é que sua presença é repetidamente anunciada pelos microfones até mesmo depois de terem deixado o palanque.

Numa posição de algum modo intermediária entre esses "notáveis" e os políticos e candidatos, podem ser vistos no palanque alguns políticos com longa trajetória na comunidade, muitas vezes antigos chefes de facção postos pela idade ou por outra razão qualquer numa espécie de aposentadoria política, mas cuja notoriedade continua representando um trunfo nas disputas eleitorais. De imagem física, ações e idéias conhecidas, sua fala é muitas vezes dispensada, mas a sua presença no palanque é quase sempre tida como imprescindível.

Atualmente, os artistas mantêm uma espécie de relação orgânica com os comícios. Não encontramos um só grande comício onde faltasse, para animá-lo, uma orquestra de frevo, um conjunto de rock, um grupo folclórico. Mas, aqui, estamos nos referindo àqueles artistas do lugar ou de fora que gozam, individualmente, de um certo reconhecimento público. Torna-se

inclui candidatos, políticos do município ou de fora, não candidatos, ocupantes de cargos públicos importantes, eventualmente presentes, e pessoas de prestígio na comunidade, com alguma vinculação à política. *Convidado* refere-se a pessoas do local ou de fora, efetiva ou supostamente detentoras de prestígio na comunidade ou num domínio específico, não tão vinculadas à atividade político-partidária. Os *artistas* representam uma categoria à parte a que logo nos referiremos. Um quarto termo, *familiares*, é, muitas vezes, incorporado a essa classificação nativa, para designar membros ou amigos das famílias de candidatos ou políticos importantes.

regra, ao lado das pessoas de destaque e de velhos políticos, a presença de cantores, cantadores, violeiros ou artistas de rádio e televisão nos palanques. Voluntários ou contratados, eles exercem a sua arte e, algumas vezes, incluem-se entre os oradores. Mas o importante é a sua presença.

Há ainda outros freqüentadores de palanque. Os candidatos a cargos majoritários e os candidatos a cargos proporcionais de maior prestígio se fazem acompanhar, boa parte das vezes, de mulher e filhos. Por outro lado, o palanque supõe uma certa infra-estrutura que deve ser garantida por militantes ou funcionários de comitês. A presença destes no palanque é indispensável não só para que som e iluminação funcionem convenientemente ou para que não falte água aos oradores, mas também para o levar e trazer de recados entre palanque e platéia e dentro do próprio palanque. Em caso de ameaça de um palanque vazio, familiares e militantes são chamados a atuar como figurantes, evitando que isso aconteça e que o comício se descaracterize como comício.

Finalmente, o palanque também é freqüentado por convidados não propriamente eventuais, mas temporários, que ali permanecem por um curto espaço de tempo, o justo suficiente para, através da entrega de um buquê de flores, faixas ou flâmulas, renderem homenagem a algum participante ilustre do palanque, diretamente ou através do que seria uma manifestação pública de apreço a uma esposa ou filha sua. Nesse caso, não estamos diante de freqüentadores individuais, mas das chamadas *comissões*, *delegações* ou *embaixadas*, pequenos grupos integrados via de regra por mulheres ou crianças ou, preferencialmente, crianças do sexo feminino, postos na posição de representantes de alguma coletividade.

Apresentando-se juntos em cima de um palanque, autoridades, artistas e convidados explicitam uma ligação (anterior ou produzida no palanque) que os singulariza diante de outros agrupamentos do mesmo gênero, isto é, *formam* um palanque. O que está em jogo, individualmente, para cada um dos participantes de um palanque, é assinalar o seu pertencimento a uma dessas partes em que se dividem essas coletividades durante o tempo da política. Se os que estão embaixo do palanque individualizam esse pertencimento exibindo cartazes de propaganda de seus candidatos na porta de casa, para os de cima, isto é, para aqueles que freqüentam e formam palanques, isso tem que ser feito da forma a mais pública possível, ou seja, a partir do próprio palanque. No caso de um político ou candidato que, por alguma razão, rompeu compromissos anteriores e trocou de palanque, tornar públi-

ca essa troca e justificá-la é uma questão de honra. Para todos, o que está em jogo é uma declaração pública de compromisso com uma determinada facção.

O palanque não só inclui mas também exclui pessoas. Ele exclui principalmente os freqüentadores de outros palanques. Se, com relação a integrantes do público do comício, ainda há alguma tolerância quanto à sua presença no palanque, a exclusão de membros de outra facção política é radical. O palanque não só simboliza o comício mas a própria facção que o promove¹⁶. Tanto é assim que nos discursos feitos opõe-se menos um partido ao outro que "nosso palanque" ao "palanque de nosso adversário" ou "os outros palanques". As virtudes da facção ou de seus integrantes, no comício, transmutam-se em virtudes do próprio palanque através de fórmulas do tipo "em nosso palanque não há corruptos", ou "em nosso palanque não sobem os inimigos do povo", ou "em nosso palanque não sobem latifundiários", mesmo que a veracidade dessas afirmações seja bastante discutível.

Porque o palanque é assim concebido, o controle do seu acesso, muitas vezes rigoroso, pode ser lugar de uma luta pela definição das fronteiras da facção e, simultaneamente, instrumento nas lutas internas que se dão dentro das facções ou dessas espécies de mega-facções que são as "frentes" ou "alianças" eleitorais. Ocorre, por exemplo, políticos serem barrados no palanque de sua própria facção. Esta é uma maneira forte de sugerir que esse político pertence a outro palanque, por mais que justificativas formais sejam dadas por quem barra: "o palanque está muito cheio", "o comício

16. A correspondência entre os partidos políticos tal como existem legalmente e os agrupamentos que se mobilizam durante as eleições (e mesmo fora do período eleitoral) no Brasil é, como todos sabem, muito precária. Esses agrupamentos reais freqüentemente são mais amplos do que um partido, as siglas partidárias sendo manipuladas como instrumentos de transação política ou mesmo econômica. Mas ocorre também de esses agrupamentos serem menores que um partido, e a legenda partidária, de fato, ser um abrigo para diferentes coalizões de interesses. Nas áreas que estudamos, essas coalizões de interesses maiores ou menores do que o partido são designadas por termos como *lado* ou *partido*. Em Pernambuco, por exemplo, é comum se ouvir um camponês referir-se ao "partido dos trabalhadores", não para se referir ao PT, Partido dos Trabalhadores propriamente dito, mas para indicar o partido de Miguel Arraes (em 1988, o PMDB, e, em 1990, o PSB). Assim, para designar essas formações que, efetivamente, operam a política, preferimos utilizar o termo facção, de uso corrente na literatura antropológica.

hoje é só do partido X, ou do candidato Y" etc. Ser barrado no comício de seu próprio partido é vivido pelo político, candidato ou não, como uma espécie de humilhação social e, portanto, como uma ofensa que precisa de alguma maneira ser reparada. É comum, depois de uma experiência desse tipo, um candidato armar seu próprio palanque ou usar o palanque de seu partido ou da aliança política na qual ele está envolvido para denunciar de público que a unidade da sua facção está comprometida e acusar o seu adversário interno pelas possíveis consequências deste fato.

Espaço e hierarquia

Se o lugar do comício, como vimos, é um espaço hierarquizado, onde o palanque representa uma espécie de centro, e se o palanque é percebido, pelos que estão embaixo, como o lugar exclusivo de autoridades, convidados e artistas, o espaço do palanque é, ele próprio, hierarquizado.

Na sua configuração mais simples, todo palanque tem uma frente, sua parte mais diretamente visível pelo público, onde ficam os que falam e aparecem (políticos, candidatos, "notáveis", artistas de renome, além do apresentador) e uma parte de trás, onde ficam os que não falam e nem aparecem (os responsáveis pela infra-estrutura). Note-se que inexistente socialmente a idéia de "lado" do palanque. Na percepção dos participantes do comício, as pessoas ou estão na frente do palanque ou na sua parte de trás¹⁷.

Olhado com um certo cuidado, todavia, o palanque apresenta uma distribuição espacial mais complexa. De imediato, pode-se verificar, olhando para a frente do palanque, que falar e aparecer não estão necessariamente juntos. Se, numa posição central, em torno dos microfones, estão aqueles que necessariamente falam e aparecem (candidatos, políticos, "notáveis" mais permanentemente ligados com a facção e, eventualmente, algumas de

17. Para quem assiste ao comício o que importa é se a pessoa está no palanque ou não e, estando, se aparece ou não; isto é, se está na frente ou não está. As laterais do palanque, tanto para os que estão embaixo quanto para os que estão em cima, são meras áreas de circulação e não servem de referência para localizar as pessoas. Um eleitor que, passando por uma das laterais do palanque, dirija a palavra ou estenda a mão para alguém que se encontre em cima do palanque, jamais dirá que falou com alguém que estava na lateral do palanque, mas sim que falou com alguém que "estava no palanque", isto é, na frente, ou "na parte de trás do palanque".

suas esposas) ou que, se deixam de falar, o fazem por circunstâncias muito especiais; agrupados à sua esquerda ou à sua direita estão aqueles que só devem aparecer (alguns "notáveis", familiares de políticos e candidatos, alguns eventuais convidados).

Só ocupam permanentemente a frente do palanque (e o fazem de modo obrigatório) os que têm poder político na comunidade ou poder político reconhecido pela comunidade e os que, possuidores de algum tipo de poder específico (médico, acadêmico, religioso ou qualquer outro socialmente identificado), podem ter tal poder convertido a favor da facção (o que pode significar a seu próprio favor) pela sua simples presença nesse palanque. Há ainda os que só ocupam a frente do palanque temporariamente, aguardando o momento de falar e durante o próprio discurso. Entre estes, o princípio hierárquico funciona também. Alguns têm o privilégio de esperar sua vez sendo vistos, enquanto outros só são vistos pelo público na hora em que ocupam o microfone. Uns e outros, todavia, ao acabarem de falar, saem de cena.

Mas há os temporários ilustres que, se dependesse da vontade dos donos do palanque, seriam permanentes. A sua especificidade face aos outros temporários será marcada pela permanência na linha de frente do palanque, nem que seja por alguns minutos (até o final da fala do orador seguinte, por exemplo), após o encerramento do seu discurso. E, quando isso é impossível, ele acaba fazendo uma espécie de segundo discurso, pedindo desculpas e explicando a sua saída. Via de regra, são candidatos a cargos majoritários estaduais ou federais que, tendo que cumprir um verdadeiro périplo de comícios, não podem permanecer, em cada um deles, algumas vezes, mais do que alguns minutos.

A meio caminho entre os que aguardam para falar e os que já falaram e saíram de cena ou aqueles que não falam nem aparecem, porque envolvidos com as tarefas de bastidores, estão os que não falam mas aparecem eventualmente na frente do palanque. São candidatos ou cabos eleitorais de menor expressão, para quem estar no palanque já é um ganho e conseguir permanecer alguns minutos na frente do palanque, de preferência cochichando com alguma figura importante, é uma vitória. Seu lugar permanente, se é que eles têm algum, é numa espécie de terra de ninguém que se forma na parte de trás do palanque, reunindo o pessoal das comitivas dos políticos e candidatos, convidados menos ilustres e ainda alguma autoridade ou convi-

dado importante que procura um momento de informalidade nas rodas de conversa que ali se formam¹⁸.

O apresentador

Quando falamos da composição do palanque e de sua distribuição espacial, omitimos uma figura que, no entanto, é fundamental, pela importância que tem na ordenação e condução do comício: o apresentador. Num grande comício, pode haver mais de um apresentador, mas há sempre um que desempenha o papel de apresentador principal, que, muitas vezes, pelo peso político que tem, é ele próprio apresentado ao público pelos demais apresentadores, locutores que, a partir do momento em que ele entra em cena, atuam como meros auxiliares.

Antes que outras pessoas cheguem ao palanque, ele lá está, anunciando o comício, fazendo propaganda das candidaturas, dizendo quem estará no palanque, revelando quem falará e, através da repetição, que ele se esforça por não tornar monótona, procurando criar um "clima" adequado ao início do comício. Um comício que já começa animado tem aumentadas suas possibilidades de êxito.

É o apresentador quem, de algum modo, inicia o comício, ao entronizar no palanque as autoridades e convidados anunciados. Se a abertura do comício cabe, muitas vezes, à mais alta autoridade presente, o anúncio dessa abertura é feito pelo apresentador, e tão logo é concluída a oração inicial, por uma espécie de delegação daquela "autoridade", a condução do comício volta às suas mãos. Ele continuará a anunciar os eventos que se seguirão, a enunciar os nomes dos participantes do palanque, a anunciar as

18. Não deixa de ser significativo que, no comício de encerramento de um dos partidos, a que assistimos numa cidade de Pernambuco, o candidato a vice-prefeito, recém-egresso da facção adversária, tenha permanecido todo o tempo, bebendo, discretamente, com alguns amigos (uma prática pouco habitual em palanques), no canto esquerdo da parte de trás do palanque, ao lado dessa "terra de ninguém" e da escada de acesso ao palanque, em diagonal com aqueles que, à frente do palanque, esperavam sua vez de falar sendo vistos por todo o público. Essa posição como que assinalava a semi-clandestinidade no palanque de alguém que, até pouco tempo, era um *boca preta* (termo depreciativo usado por partidários de uma facção para designar seus adversários). Esse candidato permaneceu na frente do palanque praticamente apenas o tempo despendido no seu discurso.

presenças que ainda são esperadas e, sobretudo, a nomear os oradores da noite.

Mas o apresentador — e o termo é significativo — além de anunciar, desempenha uma outra tarefa crítica, porque dela muito dependerá a avaliação que será feita do comício: a de *apresentar*, mostrando o que elas têm de representativo, as pessoas que estão no palanque e, sobretudo, aquelas que vão falar. A habilidade do apresentador se revelará não apenas na sua capacidade de enunciar, no tom certo e de maneira adequada, as qualidades do apresentado, que ele já conhece antecipadamente ou de que toma conhecimento na hora, acrescentando-lhes os adornos verbais de praxe; mas, sobretudo, na sua capacidade de traduzir, transformando, o currículo mais medíocre em um conjunto de atributos capazes de serem reconhecidos pelo público como indicadores de notoriedade ou prestígio. Assim, um estudante secundário de outra cidade, em férias na localidade, que esteja no palanque meramente para fazer número, pode ser transformado, se a situação o exigir, num "pré-universitário" e o filho de um político, casualmente na cidade, poderá ter destacada a sua filiação e ser elogiado pelo sacrifício implícito no ato de "deixar o conforto de sua casa" para "prestigiar" aquele acontecimento.

Um comício, freqüentemente, se estende por várias horas. Ao longo desse tempo, o interesse do público e o próprio entusiasmo dos candidatos, que também é função do interesse que o público demonstra por seus discursos, variam. É comum as pessoas da audiência se dispersarem em rodas de conversa ou buscarem os bares das redondezas, enquanto desfilam ao microfone candidatos de pouco peso ou convidados desconhecidos, só voltando a concentrar-se quando alguma estrela de primeira grandeza toma a palavra. Conjurar o perigo da dispersão, que pode acabar comprometendo o sucesso do próprio comício — e nada é considerado mais deprimente pelos que avaliam o comício do que a cena de grandes estrelas falando para público nenhum —, é um outro encargo que cabe ao apresentador. A ele, a tarefa de *animar* o comício, criar uma espécie de jogo entre palanque e público que garanta não uma homogeneidade, aliás indesejada, do clima festivo que caracteriza o comício, mas um controle pelo palanque, isto é, pelo apresentador, do "tempo" do comício, quer dizer do ritmo próprio a cada momento em que esse comício se desdobra. O entusiasmo é dispensável quando fala o cabo eleitoral ou o candidato a vereador, sem chance de se eleger, de um pequeno distrito, que está ali, fundamentalmente, para assinalar a presença

daquela localidade; mas é necessário cada vez que se pronuncia, por exemplo, o nome do candidato a prefeito ou de um líder político estadual e será indispensável que se transforme do entusiasmo de uma claqué maior ou menor de militantes no entusiasmo de toda uma multidão na hora em que esses personagens fizerem uso da palavra.

O apresentador cumpre esta tarefa, puxando aplausos e vivas ao candidato, gritando slogans, ou reafirmando, valendo-se de uma forma interrogativa, que sugere um diálogo com o público, o nome dos candidatos principais ou das figuras de destaque do partido¹⁹. Ele estimula a multidão a cantar, sejam os jingles dos candidatos, sejam músicas populares de sucesso ou canções folclóricas com as letras alteradas por temas políticos. Ele incentiva a multidão a dançar ao som da música do candidato ou a simplesmente executar certos movimentos corporais que identifiquem uma determinada candidatura ou estigmatizem a candidatura adversária. Exemplos do primeiro caso seriam movimentos com as mãos indicando o número dos candidatos²⁰ ou movimentos corporais, fixados arbitrariamente pelo apresentador, realizados simultaneamente pelos que estão no palanque e pelo público²¹. Exemplo do segundo são gestos que sugerem atributos negativos (como desonestidade, ser estranho ao lugar) do candidato ou indicam a sua rejeição pela população²².

-
19. "É Tiquinho ou não é?", gritava um apresentador de comício numa cidade da mata sul de Pernambuco, solicitando manifestações de apoio ao nome do candidato a prefeito daquela cidade nas eleições de 1988. E continuava: "É Arraes ou não é?", jogando com o nome da figura mais popular do partido no estado, o então governador Miguel Arraes. A multidão respondia com uma grande "É!" e, correspondendo à expectativa do apresentador, repetia, seguidamente, o nome do candidato — "Tiquinho, Tiquinho, Tiquinho..." — e o nome do governador: "Arraes, Arraes, Arraes..."
 20. Numa cidade da zona da mata de Pernambuco, o apresentador perguntava: "Cadê as mãos de Tiquinho?" — pergunta ambígua que pedia como resposta um número e a afirmação pela própria massa de que ela representava as mãos do candidato a prefeito — ao que a multidão respondia indicando com a mão o número daquele candidato.
 21. Numa cidade do sertão de Pernambuco, um apresentador de grande popularidade, a certa altura do comício, levantava os dois braços e pedia para que todos fizessem a mesma coisa e, numa espécie de ginástica, inclinava-se para um lado dizendo "é para lá" e, para o outro, "é para cá", no que era acompanhado pela multidão.
 22. Na mesma cidade mencionada na nota anterior, os oradores faziam carga sobre o fato de o candidato a prefeito do partido adversário morar em Marabá, no estado de Pará, e o apresentador puxava o coro — "Marabá, Marabá, Marabá" — ao mesmo tempo que fazia o

No correr do comício, o apresentador dirige saudações aos que estão no palanque e às "comunidades presentes"²³, improvisa pequenos discursos entre as falas dos oradores, além de dar um sem número de avisos (que vão desde o anúncio de crianças perdidas ou encontradas à indicação do local de onde parte o ônibus que vai levar de volta as pessoas de uma determinada localidade), sempre que possível deixados a cargo dos locutores auxiliares. Através de ordens ou pedidos de natureza prática (para que as pessoas cheguem mais perto ou se afastem do palanque ou para que seja aberto, dentro da pequena multidão que ocupa o palanque, caminho para que os oradores tenham acesso ao microfone), tenta ordenar ou reordenar o próprio espaço do comício. Se estas tarefas, diante daquelas mais nobres de anunciar, apresentar e dar a palavra, que transformam o apresentador numa espécie de mestre de cerimônias, parecem menores ou até mesmo residuais, elas têm, todavia, uma função da maior importância: preenchendo lacunas, garantem continuidade ao comício e seu controle pelo apresentador. Elas expressam o trabalho de "costura" das partes díspares de que é feito o comício, que talvez seja o maior desafio que se coloque a quem queira conduzi-lo. É sintomático que cada vez que ocorram problemas de continuidade — motivados que sejam por conflitos entre participantes do palanque, ou pela ausência inesperada de um artista ou de um candidato, ou ainda por algum tipo de tumulto na platéia — e que o fluxo do comício ameace interromper-se, o apresentador se sinta obrigado a explicitar essa continuidade através de fórmulas do tipo: "dando seqüência ao nosso comício" ou "dando continuidade a este ato cívico" ou "em continuação à nossa festa", que, se resolvem o embaraço momentâneo que aquelas situações podem criar à condução do comício, explicitam dificuldades que poderão ser exploradas por adversários.

Se analisarmos essas tarefas que cabem ao apresentador, constataremos que ele é responsável, simultaneamente, pela administração do lado formal e solene do comício (ele anuncia, ele recebe, ele apresenta, ele dá a palavra, ele ordena, ele avisa) como pelo seu lado festivo (ele estimula o público a aplaudir, gritar, cantar e dançar, dançando, cantando, gritando e aplau-

movimento de abrir e fechar a mão de quem afasta um animal. O "Marabá", de vez em quando, era substituído simplesmente pelo "xô, xô, xô", interjeição comumente usada para enxotar galinhas.

23. Referência aos grupos de diferentes localidades que integram o público.

dindo, ele próprio). Do mesmo modo que lhe cabe garantir a continuidade do comício, é sua a responsabilidade de dosar na medida certa o festivo e o solene, atribuição delicada, mas que, tanto quanto as demais, lhe assegura poder.

Oradores e discursos

Os discursos, certamente, representam o momento crítico dos comícios. Já dissemos que nem todos falam e que, entre os participantes do palanque, alguns estão excluídos da possibilidade de discursar. Mas, tão importante quanto a exclusão, é a ordenação dos oradores.

A ordem dos discursos num comício é, na maioria das vezes, resultado de discussões e acordos feitos antes do evento ou, na sua impossibilidade, de sorteio ou, simplesmente, da imposição unilateral da vontade do coordenador da campanha ou do chefe político local.

O apresentador, pelo duplo reconhecimento de que é objeto — o reconhecimento do seu saber fazer em matéria de comício pelo círculo partidário e o reconhecimento que lhe é assegurado pela imagem de doador da palavra que o público elabora a seu respeito —, pesa nesse processo²⁴. Mesmo quando sua vontade não prevalece, resta-lhe sempre a possibilidade de interferir nos arranjos previamente estabelecidos e manipular a distribuição da palavra na direção que entender mais conveniente a seus interesses ou aos dos políticos com quem estiver identificado²⁵. Tanto quanto a von-

24. O apresentador tem peso maior ainda quando ele acumula sua função com a de coordenador de campanha, detentor de um cargo eletivo ou de uma posição de destaque na hierarquia partidária.

25. Como ocorre com o apresentador de comício que aproveita o momento de entusiasmo imediatamente subsequente ao discurso de um político de peso para falar de sua própria candidatura. Ao mesmo tempo que puxa aplausos, o locutor da Frente Suprapartidária (aliança de partidos que apoiavam a "situação") de um município da área canavieira de Pernambuco, procura corrigir o que teria sido esquecido por ele, a sua condição de candidato: "Ai! Vamos aplaudir! Vamos aplaudir! Todo mundo aplaudindo, beleza, isso que é gente educada! Tem mais? Muito bom! Já terminou? Bem, eu acho o seguinte: sempre me diziam que nos comícios que eu estava apresentando eu esquecia, às vezes, de dizer que sou candidato, não é? Mas eu vou dizer daqui a pouquinho... E, atenção, peço a atenção de vocês rapidamente porque temos muitos candidatos, companheiros a falar. Atenção, orquestra! Atenção, meus amigos! Hoje, neste encerramento, eu, Jader Filho, Jadinho, sou candidato pelo PMDB..." Segue-se um discurso com um conteúdo similar ao de qualquer

tade do chefe político, essa interferência, assegurada pela posição de quase-monopólio da palavra exercido pelo apresentador, não significa apenas mudar a seqüência dos discursos, mas favorecer ou desfavorecer um candidato, ou um outro orador qualquer, pela ênfase que atribui a suas qualidades, ao apresentá-lo ao público²⁶.

Quer prevaleça a posição de quem exerce essa espécie de monopólio circunscrito ao lanque ou a daquele cuja força advém da possibilidade de exercício de um monopólio mais amplo, o monopólio do poder local; quer prevaleçam decisões negociadas; há seqüências comuns e, contrariamente às aparências, princípios comuns de ordenação dos oradores.

A observação direta dos comícios sugere que estes se desenvolvem numa seqüência temporal que vai de um início mais fraco a um clímax no final. Feita a abertura, sucedem-se, ao microfone, candidatos ou cabos eleitorais sem maior expressão. Durante esse tempo, o apresentador aponta

outro candidato, mas que não se assume como discurso.

26. Isso pode ser feito sutilmente através da enunciação "objetiva" do currículo do candidato, mencionando, por exemplo, no caso de alguns, que são candidatos à *reeleição*, ou que já ocuparam cargos na administração municipal. Outro artifício usado é mencionar o nome de um candidato apenas na hora em que ele é chamado a fazer uso da palavra e de outro tanto nessa ocasião quanto ao final da sua fala: "Acabamos de ouvir a palavra do companheiro Fulano, candidato a vereador..." ou, mais coloquialmente, "Obrigado, Fulano". É, ainda, a sutileza que prevalece num comício do PMDB no Rio Grande do Sul, em que a locutora apresenta os candidatos vinculando-os à comunidade — "Com a palavra o nosso candidato a vereador de Vila Serra, Frederico Bien. Olha aí, Vila Serra! É o candidato de vocês!" ou "Com a palavra o nosso candidato a vereador, Belmiro Fróes, de Vila da Prata. Aí, Vila da Prata!" — mas esquece de fazê-lo quando se trata de um sindicalista candidato a vereador com o apoio de uma parte do sindicato: "com a palavra o nosso candidato a vereador Afonso Barbaresco".

Outras vezes, a diferença é marcada de forma mais aberta. Num comício, durante a campanha para as eleições municipais num município da Zona da Mata de Pernambuco, em 1988, o apresentador distribuía a palavra uniformemente — "E agora vai falar o nosso companheiro da Frente Popular, o nosso companheiro Fulano" e também uniformemente, lembrava, ao final da oração, o nome do orador: "Esse foi o companheiro Fulano". No entanto, vez por outra, ele marcava suas preferências, como no caso do candidato a vereador Noecir: "E para continuar a alegria de Cachoeira Formosa, a alegria do engenho Tocantins, vamos chamar o alegre e popular Noecir". E, como se não bastasse, ao final do discurso de Noecir, emendou: "Este foi nosso companheiro Noecir, trazendo a alegria da juventude, alegria que existe no sangue da classe trabalhadora para a concentração da Frente Popular".

para um momento posterior em que estarão presentes os candidatos mais importantes e outras figuras de destaque, fazendo um trabalho de convocação para o comício propriamente dito, que ocorrerá num momento posterior. Ao se aproximar a chegada ao palanque ou o momento do discurso do candidato ou autoridade principal, começam a falar aqueles candidatos que já têm um cargo eletivo ou que têm reconhecido peso eleitoral, os convidados ilustres, os políticos importantes do município ou de municípios vizinhos etc. A essa altura, via de regra, o público passa de uma dispersão desatenta a uma atitude de expectativa. O discurso do candidato principal ou do político de maior projeção que vem de fora para apoiá-lo (geralmente, o último da noite) transforma o aspecto do comício. É o momento em que o público não só ouve com atenção, mas reage com entusiasmo às palavras do orador. O final do discurso leva ao limite o aspecto festivo e triunfalista da manifestação²⁷.

A sequência que impressionisticamente descrevemos corresponde às eleições majoritárias municipais. Quando se trata de eleições de âmbito estadual, majoritárias ou proporcionais, pode haver uma inversão. Como um candidato estadual costuma, sobretudo nas fases mais avançadas da campanha, cumprir um programa que envolve mais de um comício por dia, e os comícios, via de regra, se realizam à noite, e, mais, como sua candidatura, nesse caso, é a própria razão de ser do comício, nem sempre é possível a esse candidato encerrar o comício. Como a abertura é um outro momento-chave de qualquer cerimônia, a solução encontrada é inverter a ordem e iniciar o comício pelo clímax. Isso supõe um trabalho mais intenso de mobilização anterior e o risco de esvaziamento do comício após a sua abertura pelo candidato a governador ou a senador, com prejuízo para os candidatos a deputado ou políticos do município que talvez tenham de enfrentar o vexame de falar para uma platéia pouco numerosa ou desmotivada.

Por conta desse risco ou por razões estratégicas outras que levam os rituais propriamente políticos a terem uma maleabilidade maior do que outros rituais na disposição dos seus momentos cerimoniais, decorrência mesmo do fato de estar em jogo uma disputa, o que acabamos encontrando,

27. Esse final apoteótico se desdobra, por vezes, numa espécie de baile carnavalesco no próprio local do comício ou numa passeata que segue até a porta da prefeitura, numa simulação da tomada do poder.

com maior freqüência, é um outro tipo de ordenação, onde, mesmo que, tendencialmente, seja atribuído um peso maior ao final ou ao início do comício, há uma espécie de alternância entre momentos de maior e de menor intensidade. Não se trata de uma simples intercalação de oradores mais e menos cotados, mas, antes, da combinação cronológica de seqüências do primeiro tipo, simplesmente, ou de seqüências do segundo e do primeiro tipos combinadas. É como se fossem acoplados em série vários comícios diferentes, cada um dos quais com os seus momentos próprios de fraqueza, crescimento (ou declínio) e clímax; eles próprios (comícios) ordenados entre eles segundo os mesmos critérios.

Prevalecendo o modelo que dá maior peso ao início do comício, faz-se por dispersar as estrelas: se o candidato a cargo mais importante, governador, por exemplo, abre o comício, o candidato a senador²⁸ será convencido a chegar mais tarde e o candidato a deputado federal mais conhecido da região, um pouco depois, e assim sucessivamente, até um final, algumas vezes, melancólico, onde falta até mesmo apresentador para os discursos dos que querem falar, mesmo que não haja quem queira ouvi-los. No intervalo entre os oradores mais importantes, a disposição dos demais oradores corresponde quase sempre a movimentos descendentes (logo após as grandes estrelas) e ascendentes (preparando a próxima estrela).

Quando a vez é do modelo que faz do final do comício seu ponto culminante, arranjam-se uns poucos oradores para anteceder o candidato de âmbito estadual (de forma que a sua fala corresponda a um primeiro encerramento) e distribuem-se as estrelas de um modo diferente, colocando para encerrar o comício uma figura de peso aproximado ao do responsável pela abertura. Se tomarmos o mesmo exemplo hipotético do candidato a governador, um candidato a senador ou deputado com dotes oratórios reconhecidos ou um prefeito municipal de grande popularidade podem ser escolhidos para encerrar o comício. Outras estrelas estariam entre o responsável pela abertura e o responsável pelo encerramento como encarregados de fechar etapas. Dentro de cada etapa haveria uma escala sempre ascendente entre os oradores.

28. Independentemente das considerações formais, esse cargo é visto como menos importante que o anterior.

As assimetrias internas aos três modelos de comícios sugerem que, mais do que três modelos diferentes, estamos diante de variações de um mesmo modelo, onde o primeiro que vimos funciona como uma espécie de matriz. Não fosse assim, seria incompreensível a presença de movimentos ascendentes no segundo modelo em que todas as seqüências deviam estar invertidas; como também não seria pensável essa espécie de combinação de vários pequenos comícios que vimos no terceiro modelo²⁹.

Por outro lado, qualquer que seja o modelo adotado, isto é, quaisquer que sejam as seqüências e a ordem de combinação entre seqüências e qualquer que seja o tipo de eleição em pauta (majoritária ou proporcional; estadual ou municipal), mais do que uma simples sucessão cronológica a partir de um ponto inicial (a abertura do comício) ou em direção a um ponto terminal (o discurso de encerramento), o que parece comandar a distribuição dos oradores é a distância relativa de certos "pontos" de poder. Isto é, a ordenação dos oradores tem menos a ver diretamente com eventuais propriedades simbólicas de um começo ou de um fim numa seqüência ritual do que com a distância diferencial com relação aos políticos, candidatos ou não, publicamente reconhecidos como dotados de maior poder ou prestígio, estando eles, pouco importa que postos no início, no meio ou no fim da lista de oradores, numa posição literal de "centro", pois é em torno deles que gira e se faz o comício.

O conteúdo dos discursos pronunciados num palanque de comício parece depender de uma espécie de combinação entre repetição e improviso. Quem acompanha um candidato a qualquer cargo eletivo em sua maratona de comícios, conversas e reuniões, pode constatar a repetição de fórmulas e, no caso dos comícios, a repetição, muitas vezes literal, de discursos inteiros. Mas constatará também a capacidade do candidato adaptar esse

29. Pouco importa o modelo adotado, o que, substantivamente, acaba garantindo a continuidade do comício são artifícios como aquele da divisão do comício em "partes", procedido pelo apresentador, quando, para preencher os vazios que se formam em situações como as que indicamos nos exemplos, refere-se ao encerramento "dessa primeira parte de nossa festa" e anuncia que "tem mais... aguardem" etc. Ou ainda, a solenização do evento através das homenagens prestadas pelas "comissões" a integrantes do palanque. Tais homenagens têm a tríplice virtude de, ao mesmo tempo, ocupar espaços vazios, manter os homenageados em evidência e produzir políticos ou candidatos que, sendo merecedores de homenagens, possam desempenhar o papel de encerrar comícios ou partes de comícios, geralmente reservado a políticos maiores.

discurso às circunstâncias, mudando de ênfase, suprimindo ou acrescentando conteúdos ou até o transformando por completo, de acordo com as informações que lhe chegam a respeito do público ao qual deverá se dirigir ou conforme sua posição relativa no palanque ou, mais precisamente, na lista de oradores³⁰.

Nos comícios, as repetições dentro dos discursos são também marcantes. Um mesmo orador pode repetir uma frase elaborada por ele próprio, uma citação ou um chavão partidário varias vezes ao longo de sua fala³¹. Mas as repetições se dão também entre oradores. Uma frase de efeito de um orador pode ser retomada pelos que o seguem ao longo de um comício ou até ser transferida para um outro comício, tornando-se um dos motes de palanque de uma campanha³². O que é objeto de repetição não são os pontos de um programa partidário — nem sempre existente — mas sim formulações elaboradas por determinados oradores — originalmente, talvez como um improviso feliz — que a própria repetição pode transformar em verda-

-
30. O discurso de um candidato a prefeito, por exemplo, será diferente se ele estiver abrindo, encerrando ou falando no meio de um comício; se estiver pontificando como estrela solitária ou se ele estiver falando imediatamente antes de um político ou autoridade de maior peso. Um bom exemplo nos é fornecido pela comparação entre dois discursos pronunciados por um mesmo candidato a prefeito na Zona da Mata de Pernambuco, no intervalo temporal de 10 dias. No primeiro, precedendo discurso de um secretário estadual de governo e do então prefeito da capital do estado, àquela altura já lançado candidato a governador nas eleições que seriam realizadas dois anos depois, apesar do seu formalismo, houve espaço para críticas aos adversários e denúncias de suas práticas. No segundo, fechando o comício de encerramento da campanha (o candidato com amplo favoritismo nas prévias e pontificando como a grande estrela do evento), o discurso limitou-se à saudação aos presentes e ao povo do município, ao elogio à figura do chefe de sua facção política (presente ao palanque apesar de doente) e à exortação ao voto na sua chapa, acrescidos de um apelo à unidade.
 31. A profusão de imagens e os floreios verbais — que permitem a identificação dos bons oradores nessa espécie de torneio que se estabelece nos (e entre) palanques — antes de indicarem a criatividade desse modo de comunicação, confirmam um certo estilo da linguagem formalizada dos rituais, da "linguagem empobrecida da autoridade tradicional" de que fala Maurice Bloch (Bloch 1975: 13; 1989: 25).
 32. Esse efeito de repetição talvez seja o grande trunfo daqueles comícios em que as estrelas falam no início. Representa uma espécie de garantia de que a palavra do líder será repetida pelos oradores subseqüentes e, quem sabe, inculcada com maior facilidade no espírito do público, não como um apelo racional ao voto num partido ou num candidato, mas como sinalização do vínculo que une cada membro daquela facção ao seu líder.

deiras palavras de ordem eleitorais. As repetições incluem desde indicações pragmáticas de como votar³³, indicações não tão pragmáticas de como comportar-se diante de tentativas de compra de voto³⁴, referências a líderes

-
33. Apesar da Constituição brasileira de 1988 ter garantido o voto ao analfabeto e de boa parte da população que passou pela escola primária ser apenas semi-alfabetizada, a cédula eleitoral no Brasil é de difícil utilização por alguém que não escreva fluentemente. Isso é particularmente verdade no caso das eleições proporcionais em todos os níveis (vereador, deputado estadual, deputado federal), porque ao eleitor não basta assinalar um X ao lado do nome do seu escolhido, como ocorre nas eleições majoritárias (prefeito, governador, senador e presidente da república), devendo escrever por extenso o nome do candidato ou, pelo menos, desenhar com nitidez o número que lhe corresponde.
- Assim, boa parte do esforço de militantes e cabos eleitorais durante a campanha é jogado no "trabalho" de ensinar o eleitor a votar. Nos comícios, com a mesma preocupação, os candidatos a vereador tomam o cuidado de declinar o seu número ou um apelido, devidamente registrado na Justiça Eleitoral, para facilitar o trabalho do eleitor. Alguns oradores assumem um tom didático, apelando para a memória visual. Um bom exemplo é o de um candidato a vereador em um município da zona canavieira de Pernambuco, ensinando as pessoas a votarem nos seus candidatos a prefeito e vice-prefeito: "Está aqui o formato da cédula (exibindo um modelo). Os companheiros já sabem muito bem que os dois quadros ficam do lado do coração da pessoa. Se ficar no lado direito, está de vice-versa, não é isso? Então, você chega no ombro (referindo-se ao ângulo superior do quadro) do segundo quadrinho, indo de baixo para cima, e aí marca. Aí você vai estar botando para fora essas pessoas irresponsáveis, você vai estar dizendo que Edson (candidato a prefeito) é que vai dirigir o município".
34. As denúncias de compra de voto pelo adversário são uma constante nesse tipo de política, independentemente de partido ou região. O fascínio exercido por esse tipo de expediente retórico pode ser avaliado, por exemplo, em um comício realizado durante a campanha municipal de 1988, no Rio Grande do Sul. A certa altura de sua fala, o candidato a prefeito denunciou: "Ouvimos ao longo desta campanha, principalmente no interior, nas comunidades mais pobres, o quanto elas estão sofrendo tentativas de corrupção eleitoral, o quanto estão tentando forçar a comunidade carente com a compra do voto. Eu acho que o pobre, o humilde deve se valorizar perante os políticos... Eu aconselho vocês, pessoas carentes: peguem o dinheiro que estão oferecendo, peguem eletrificação, peguem tudo que lhes oferecem, e deem resposta em quinze de novembro, mostrando que vocês são pobres mas têm dignidade e têm honra." Foi o bastante para que o orador seguinte, candidato a vereador, voltasse ao tema: "Tem candidato gastando fortuna para conquistar o voto, e eu digo aqui que aquele candidato que compra voto, que quer comprar a pessoa através do dinheiro, é porque não tem capacidade..." Talvez porque tenha percebido a formulação desse último como incompleta, um terceiro orador voltou à carga, retomando a formulação do primeiro na sua totalidade: "Há, como disse Barbaresco (segundo orador) inúmeros candidatos oferecendo dinheiro em troca de voto. Você, trabalhador, você que é pequeno, receba o rancho que amanhã ou depois vão distribuir a vocês, mas depois que receberem

políticos locais e nacionais, referências a pessoas ilustres presentes no palanque, denúncias menos ou mais graves de comportamentos do adversário³⁵, explicitação de um trunfo eleitoral como o apoio do governador do estado³⁶ ou críticas exaltadas a um governante desprestigiado. Dependendo do partido, a esta lista podem ser acrescentadas referências à história recente e, dependendo da situação, referências a sindicatos ou a movimentos sociais³⁷.

o rancho pensem bem em quem votar, vocês estão sendo enganados, vamos votar conscientes.."

A respeito do significado da "compra de voto", ver Palmeira 1991.

35. Essas denúncias vão desde a revelação de que um determinado candidato mora fora do município, infringindo, de fato, a lei do domicílio eleitoral, até acusações de corrupção, passando por "revelações" ou "suspeitas" a respeito de sua vida particular.
36. Um candidato a prefeito contar com o apoio ativo do governador do estado é importante e percebido como legítimo nesse tipo de disputa eleitoral. Não é por acaso que, uma vez evocado esse apoio por um orador, a repetição seja inevitável. No Rio Grande do Sul, o prefeito de um município da região de Santa Rosa, na eleição de 1988, depois de um longo arrazoado falando dos recursos que tinha obtido do governo estadual, concluiu, mostrando a importância de votar no candidato que ele estava apoiando: "Temos que nos unir para que, no fim, o município não fique esperando recursos que não vêm. O único que poderá ter esses recursos é o Jairo (seu candidato a prefeito). Não que o governo vá dizer que não tem dinheiro para o PDS. Não vai dizer isso. Mas se o bolo é de um metro, ele vai puxar 10 centímetros para o outro partido e vai ficar com 90 centímetros para o PMDB... Então, vejamos a diferença entre ser amigo e companheiro de governador ou ser contrário ao governador. É a mesma coisa que com vizinho: ele briga com vizinho, desforra o vizinho e depois vem pedir favor. Quem é que distribui favor para o vizinho que briga com ele? Pode dar para qualquer um outro, mas para o vizinho que é seu inimigo, ele não vai dar. E na política, queiram ou não queiram, sempre tem os favorecidos. Sempre foi assim e vai continuar sendo". O orador seguinte, figura ilustre da comunidade, voltou sobre o mesmo assunto: "Se o Francisco (atual prefeito) conseguiu essas obras que aí estão, que são inúmeras, foi graças ao apoio recebido do senhor governador do estado, Pedro Simão, e é evidente e notório, e vocês terão oportunidade de ver, que, se Jairo estiver na prefeitura, também dará continuidade a esse trabalho e receberá os recursos necessários para aplicação na nossa comunidade. Como poderá um candidato da oposição, que vem aqui para criticar o senhor governador, se dirigir ao mesmo, solicitando verbas para o nosso município? Eu perguntaria aos senhores: se vocês tivessem que dividir alguma coisa, vocês dariam para os seus amigos, ou dariam para os seus inimigos? Da mesma forma é a política. Se auxilia primeiro e mais aqueles que são nossos amigos, e se auxilia por último e menos aqueles que são nossos inimigos. Isso é uma coisa comum em toda comunidade. Não adianta dizer que não é assim. É a pura realidade".
37. Tanto no Rio Grande do Sul quanto em Pernambuco, os oradores do PMDB, partido que

Não é, todavia, qualquer orador que tem o privilégio de oferecer fórmulas oratórias aos demais. Só alguém que seja um "centro" de poder ou prestígio tem essa propriedade. Quando alguém com pouco poder é citado por um orador poderoso, isto funciona apenas como um artifício desse orador, geralmente de fora, para estabelecer uma ponte entre as suas formulações abstratas e a realidade local, e não tem suíte. Já quando se trata de um orador especialmente poderoso, até mesmo a maneira de se dirigir ao público e as saudações que são feitas são repetidas³⁸.

A comparação entre discursos de candidatos a prefeito de partidos opostos no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, feitos em grandes comícios, e a comparação entre esses dois estados permitem-nos ver com mais clareza o que está em jogo no que é dito nos palanques.

Promessas e acusações

Os perfis dos discursos do candidato oposicionista (PDS/PDT) e do candidato governista (PMDB) no Rio Grande do Sul são quase idênticos: uma abertura, ocupada por formalidades de praxe; um corpo, onde se sucede a afirmação do contraste entre o que seria uma campanha referida a um programa de governo e uma campanha (a do adversário) cuja tônica seriam as ofensas pessoais, referências às visitas feitas às comunidades rurais, críticas às propostas do adversário e a apresentação do que seria seu próprio programa de governo; e um fecho, onde se alternam agradecimentos, conclamações ao voto e propostas de união.

fez oposição ao regime militar que prevaleceu no país entre 1964 e 1984, referem-se obrigatoriamente à sua luta contra a ditadura. Em áreas de lutas sociais mais ou menos intensas como as que estudamos, às referências ao "passado tenebroso da ditadura" se juntam, tanto nos discursos do PMDB quanto de partidos mais à esquerda, manifestações de apoio às lutas de sindicatos ou de outras organizações.

38. Assim, por exemplo, em Pernambuco, a maneira de dirigir-se ao público do então governador Miguel Arraes — "meus amigos" — tornou-se uma espécie de marca registrada dos palanques da Frente Popular. Tanto nas eleições de 1988 quanto nas de 1990, era usando essa fórmula que qualquer orador avisado daquele bloco político dirigia-se aos eleitores. Tivemos ocasião de presenciar, em 1988, o engano de um orador que, tenso diante do microfone, substituiu o "meus amigos" pelo "brasileiros e brasileiras", que, na época, era a fórmula usada pelo então presidente da república José Sarney. A reação do público foi uma vaia prolongada que quase impediu a continuação de seu discurso.

Mas há diferenças que podem ser notadas. A primeira delas diz respeito à abertura. Contrastando com o formalismo do PDS/PDT, o candidato do PMDB, além de evocar a luta recente contra a ditadura e a figura política que simbolizava o partido naqueles dias de "Nova República", Tancredo Neves, falecido três anos antes, faz questão de enfatizar sua emoção diante dos comícios³⁹.

No corpo do discurso, há uma outra diferença importante. Entre os oposicionistas, as críticas à administração atual prevalecem sobre as propostas de governo, enquanto o chamado programa de governo prevalece sobre as críticas aos adversários e sobre suas administrações anteriores no discurso situacionista. É sintomático que a leitura dos dois discursos passe a idéia de que a oposição está respondendo ao governo quando, na verdade, o comício governista foi posterior ao da oposição.

Quando dirigimos nossa atenção para os programas de governo, tal como aparecem naqueles dois discursos de encerramento de campanha, verificamos que há grandes temas comuns — agricultura, educação, indústria e saúde — e alguns outros menos abrangentes — como telefonia rural, água potável, estradas, moradia — contemplados pelos candidatos. Aparecem ainda projetos concorrentes de obras públicas ou medidas de interesse geral, como a instalação de uma estação de rádio, a fundação de um jornal ou a construção de uma gráfica no município.

Apesar da ênfase dada em palanque às diferenças programáticas ou, mais precisamente, à diferença decorrente de ter ou não um programa (com o que se desqualifica o programa do adversário), os temas abordados pelos "programas" são os mesmos e as formulações genéricas feitas em torno desses temas são rigorosamente iguais. Assim, falar de agricultura significa, para os dois lados, favorecer "os pequenos produtores" e "apoiar as comu-

39. Enquanto o candidato da coligação PDS/PDT inicia seu discurso dizendo secamente "nós gostaríamos inicialmente de cumprimentar o companheiro Presidente do PDS, cumprimentar o companheiro Presidente do PDT e, em nome deles, cumprimentar os vereadores e os candidatos a vereador que aqui se fazem presentes...", o candidato do PMDB já começa num outro tom: "É emocionante ver a massa que se concentra aqui nessa praça. Realmente, é emocionante vermos hoje aqui pessoas idosas, a juventude e, principalmente, a mulher (de nosso município) participando dos movimentos populares. Realmente, isto emociona qualquer um de nós aqui nesse palco, nós que estivemos 20 anos sob o jugo do poder da ditadura..."

nidades". Falar de educação significa atender a população e assegurar condições de trabalho dignas aos professores. Indústria quer dizer "trazer fábricas para o município". Saúde, para ambos, nada mais é que implementar o programa federal de municipalização de saúde.

As diferenças aparecem na ênfase maior a um ou outro tópico dada por um candidato (e, quando olhamos para a seqüência de discursos feitos durante a campanha e não apenas para dois discursos quase simultâneos, como os que estamos analisando, constatamos que essas ênfases mudam ao longo do tempo); na crítica feita ao tratamento concreto dado ao problema por aqueles que estão ocupando a prefeitura ou — quando quem fala é o candidato da situação — à maneira como a questão foi tratada no passado pelo partido oposicionista quando esteve na posição de governo.

Mas elas vão aparecer principalmente nos acréscimos que são feitos à proposta do adversário, como uma maneira de assinalar diferenças. Um exemplo pode nos ajudar a entender melhor essa questão: no município de que estamos tratando, por iniciativa do atual prefeito, todas as crianças do primeiro grau têm transporte escolar gratuito, o que representa um trunfo para o candidato situacionista. Para se contrapor a isso, a oposição incluiu no seu "programa" a proposta de estender a gratuidade do transporte aos estudantes de segundo grau. Prontamente, o candidato situacionista denunciou a proposta como demagógica, lembrando que os recursos para o transporte gratuito do primeiro grau são verbas do governo do Estado e que o orçamento do município não teria condições de cobrir as despesas com transporte dos estudantes do segundo grau. Mas, para não ficar na defensiva, aquele candidato se comprometia a, uma vez eleito, lutar junto ao governador, membro de seu partido, para conseguir a gratuidade postulada pela oposição. E arrematava: "Nós temos propostas para todos os setores públicos do município, nós temos propostas para até mesmo os empresários..."

Assim, esses acréscimos têm vida curta como marcas diferenciadoras. Rapidamente são incorporados pelo programa adversário e superados por novas propostas com relação àquele tópico ou a um outro assunto qualquer. E o ciclo recomeça. O que se vai ter, então, são "programas" reciprocamente referidos e que se vão transformando (através dos acréscimos, mas também através de supressões, pois é preciso não esquecer que muitos itens de um programa vão sendo esquecidos) ao longo da campanha — programas "transacionados".

A comparação entre o discurso oposicionista (PDS/PFL) e situacionista (PMDB e outros partidos) em Pernambuco apresenta certas dificuldades, ausentes no caso do Rio Grande do Sul, a começar pela inexistência de uma divisão nítida entre as partes do discurso. Não é fácil estabelecer uma linha divisória entre abertura e corpo ou entre corpo e fecho do discurso do candidato. Os temas não se dispõem linearmente como no Sul. Há idas e vindas, há assuntos intercalados entre o início do tratamento de um tema e o seu final. Por outro lado, dentro de cada uma das partes há menos simetria na organização dos pontos comuns aos dois discursos do que no exemplo gaúcho. Essas dificuldades não impedem, todavia, a comparação.

Chama atenção o fato de que o candidato oposicionista abre seu discurso dirigindo-se "aos irmãos do município", fórmula aliás usada por quase todos os oradores de seu partido, enquanto o candidato da situação não se dirige explicitamente a ninguém. Ele abre sua oração, aproveitando o pretexto oferecido pela notícia da morte da mãe de um deputado importante da região⁴⁰, dada minutos antes pelo apresentador do comício, elogiando o respeito e a solidariedade manifestados pelo povo diante do ocorrido, que interpreta como uma garantia da boa escolha que farão "(d)aqueles que irão governar o destino desse mesmo povo". Enquanto a saudação aos "irmãos" do candidato pedessista é seguida por um agradecimento individual e escolar — que trai sua baixa escolaridade⁴¹ — e pela afirmação de sua confiança na vitória⁴², a abertura do discurso do candidato situacionista desdobra-se

40. Esse deputado era peça-chave na aliança de partidos que apoiava o candidato da situação, por ser filiado ao principal partido do bloco adversário.

41. É gritante o contraste entre os dois candidatos a prefeito desse município nas eleições de 1988. Do lado da situação, o então vice-prefeito Tiquinho, um contador profissional com formação universitária e, do outro, um ex-prefeito, comerciante semi-analfabeto, de baixa origem social, que enriqueceu desenvolvendo uma espécie de monopólio sobre a venda de cereais no comércio da cidade (na feira livre, inclusive), a partir do controle de um box no mercado público municipal, privilégio concedido a alguns pela prefeitura, e estigmatizado pela sua gagueira, incorporada ao seu próprio nome, Chico Gago. Significativamente, o candidato a vice-prefeito na chapa de Tiquinho, Evandro, apontado como o responsável financeiro da campanha, é um comerciante, dono de uma rede de supermercados que, anos antes, quebrara o monopólio exercido por Gago.

42. Melhor que qualquer análise, a transcrição das duas aberturas revela o fosso existente entre os candidatos.

Candidato situacionista: "Quem vê a manifestação de respeito e de solidariedade de um povo como este, fica tranqüilo de que este mesmo povo saberá escolher com dignidade,

numa saudação ao "povo do bairro", num novo agradecimento à "manifestação de carinho" pelo deputado e, contrastando com a emoção que o seu adversário mal consegue ocultar frente ao microfone, numa articulada declaração de "emoção diante do povo mobilizado".

O corpo do discurso do candidato opositor inicia-se por uma auto-definição como "prefeito dos pobres", acompanhada por um esforço explícito de marcar sua diferença (pessoal) do prefeito atual: "Sou muito diferente do prefeito que aí está, que só pensa em ajudar o povo no tempo das eleições". A seguir, alternam-se críticas ao prefeito e pessoas de sua facção ("eles"), ditas em tom de denúncia, e respostas às "calúnias" dos adversários.

O candidato da situação, inicia esta parte do seu discurso não por uma auto-definição do candidato mas por uma definição impessoal da candidatura⁴³. O que se segue não difere muito do discurso do candidato adversário. Críticas e respostas a críticas alternam-se, as denúncias tendo um peso importante. Mas, se os adversários centravam fogo sobre irregularidades no uso dos recursos da prefeitura, aqui as denúncias estão voltadas para agressões sofridas por partidários do candidato governista. Contrastando com a impessoalidade com que trata a própria candidatura, há uma preocupação grande do candidato situacionista de responder a cada uma das acusações pessoais. Há espaço também, em seu discurso, para a manifestação de confiança na vitória, não explícita, como é feita pelo adversário na abertura e no encerramento de seu discurso, mas embutida em afirmações sobre o presente — "Nós já estamos construindo uma nova consciência nesta terra [...] vivemos novos tempos" — e na estigmatização dos adversários como coisa do passado: "O passado não mais voltará, os arbitrários, os enganadores, os corruptos não dirigirão mais esta terra ordeira." Surpreendentemente

com fé e com esperança aqueles que vão governar os destinos deste mesmo povo a partir de 1989".

Candidato opositor: "Quero, primeiro de tudo, agradecer o carinho que vocês têm comigo, esse apego sadio e sincero".

43. "Uma candidatura que tem um programa de governo, que tem uma mensagem de respeito e de fé e não tem nas suas palavras, no seu palanque humilde, agressões, ofensas aos homens que se propõem a deixar os seus próprios negócios, sua própria família para trabalhar pelo bem comum, pela causa pública, pelo bem estar social de nossa comunidade".

te, essa estigmatização dos adversários é seguida por propostas de unidade, que irão marcar a parte final do discurso situacionista⁴⁴.

O fecho do discurso do candidato da Frente Progressista, sigla adotada pelos oposicionistas, é muito simples e rápido. Na esteira de uma denúncia de irregularidades na construção de uma praça, o candidato grita: "Quem vai construir uma praça linda somos nós, a partir de um de janeiro"⁴⁵. E completa: "Muito obrigado pelo carinho. E muito obrigado, meus queridos irmãos".

Já o encerramento do discurso do candidato da União Suprapartidária, situacionista, é, dentro da melhor tradição da retórica interiorana, grandiloquente. Assinala que está encerrando sua oração, invoca palavras do então governador e líder máximo do seu partido no estado, evocando, por sua vez, a ação do prefeito atual e figura política mais expressiva do município e atribuindo ao candidato uma espécie de tarefa sagrada — "conduzir o povo, cuidar do povo" — e, finalmente, assume o compromisso de cumprir essa tarefa "com fé em Deus" e "com a honra pessoal". O fecho é um agradecimento, dirigido não se sabe a quem, e um pedido a Deus para que abençoe o povo do município⁴⁶.

44. "[...] Nós temos também que usar uma palavra de fé e fraternidade, para que os capitalistas, os homens que detêm o poder econômico, reflitam, porque é chegado o momento do capital ser mais socializante, para se evitar amanhã os grandes conflitos [...] Enquanto não houver um momento de confraternização, um momento de distribuição justa e equitativa da renda nacional, nós não poderemos [...] silenciar nossa voz. Iremos, no novo governo, com a câmara de vereadores, com as associações de bairro, com as igrejas, com a OAB, com todos os segmentos civis da sociedade, levar esta palavra [...]".

45. Referência à data da posse oficial dos prefeitos eleitos.

46. Não deixa de ser paradoxal que um candidato que já se considera no poder e que, independentemente do resultado da eleição, já o usufrui, na qualidade de vice-prefeito e de figura de destaque da facção que no momento controla a política municipal, apele para uma retórica nitidamente messiânica. Vale a pena ler a seqüência completa: "O prefeito de agora por diante não é somente o homem que vai fazer calçamento, não é somente o homem que vai fazer asfalto, que vai construir prédios, que vai abrir avenidas; vai ser, sobretudo, o homem que vai conduzir o povo pela mão e levá-lo a um melhor dia, a um novo alvorecer de paz e de fraternidade. E dizia — para encerrar minhas palavras — no seu último comício o grande governador Miguel Arraes, ele dizia: 'Salgueiro (atual prefeito) construiu a casa coletiva para todos nós morarmos, mas Tiquinho (candidato a prefeito) tem que, comigo, eu no Palácio do Campo das Princesas (residência do governador do estado), e ele no Palácio da Jaqueira (sede da prefeitura do município), conduzir o povo, cuidar do povo'. E é isso que nós iremos fazer, com a nossa fé em Deus e com a nossa

A referência a um programa de governo aparece no discurso do candidato do PMDB de Pernambuco. Mas, em nenhum momento, temos alguma coisa do tipo da que vimos para o Rio Grande do Sul. A referência ao programa serve, antes, para marcar a diferença da candidatura peemedebista face ao candidato da chamada Frente Progressista: "uma candidatura que tem um programa de governo" *versus* "um palanque de agressões e ofensas". Inexistem menções a medidas concretas a serem adotadas para enfrentar os problemas do município. O máximo que se encontra são vagas referências à necessidade "de uma redistribuição justa e equitativa da renda nacional" e denúncias vagas da falta de emprego, da falta de alimentação e das precárias condições de moradia da população pobre.

No discurso do candidato adversário, um programa nem mesmo é objeto de referência. O que vai distingui-lo diante da outra candidatura será uma diferença moral do candidato face ao outro. No mais, sempre se contrapondo ao atual ocupante da prefeitura, o candidato promete construir uma quadra de esportes "e uma praça muito linda".

As acusações são uma constante do discurso dos candidatos. Elas variam desde o simples "ouvi dizer", tão freqüente no discurso dos candidatos a vereador, até denúncias formais e fundamentadas factualmente feitas por candidatos a prefeito ou políticos de uma certa importância. De parte a parte, há acusações genéricas e específicas. No entanto, apenas o candidato situacionista defende-se destas acusações. No caso, este não se defender parece devido menos à confiança do candidato oposicionista em sua vitória (como já foi assinalado, todas as indicações eram em sentido contrário) do que à sua dificuldade de fazê-lo. Acuado politicamente ou vítima de sua baixa formação escolar, o fato é que tudo o que o candidato oposicionista consegue é acusar os adversários de dizerem "mentiras" ou "calúnias", sem especificar quais, e de quererem "tapear" ou "iludir" o povo⁴⁷.

honra pessoal. O meu muito obrigado e que Deus abençoe o povo de Cocais".

47. Já o candidato situacionista acusa os adversários de "agressões", "insultos", "ofensas", "maledicência", "obscurantismo", "perseguição", "inveja", "truculência" e "violência". E, como se não bastasse, diz que eles trazem "ódio nos corações", chama-os de "agressores" e os declara "sem dignidade", vincula-os a um "passado obscuro", ao "passado dos cavalos e dos cachorros", ao "passado da ditadura". Acusa-os de promover "discórdia" e fazer "feitiço". Seu discurso desenha adversários capazes de "agredir", "agredir a moral", "provocar", "achincalhar", "enganar", "ameaçar", "espancar", "banir", "prender", "tortu-

A comparação em bloco dos casos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco pode ajudar-nos a entender melhor o que está em jogo em cada um deles. Assinalamos a diferença de perfil entre os discursos dos candidatos de um estado e do outro: no Rio Grande do Sul, há uma nítida separação entre abertura, corpo e fecho do discurso; em Pernambuco esta separação é pouco nítida. Constatamos que o conteúdo dos discursos também é diferente: predominam os "programas" no primeiro; prevalecem as acusações no último.

Essa distribuição das diferenças não é casual. Discursos "programáticos", sem separações tão nítidas entre suas partes, talvez fossem concebíveis, ainda que o apelo à racionalidade implícito na idéia de programa dificulte esta possibilidade. O mesmo não ocorre para os discursos "acusatórios", como os que encontramos nas campanhas eleitorais pernambucanas: no momento mesmo em que o candidato abre a sua oração saudando um chefe político local ou, como no exemplo que vimos, elogiando o público pelo apoio manifestado a um político importante da região, ele já está, dentro da lógica de defesa e acusação, desenvolvendo o corpo de seu discurso e oferecendo ao adversário o mote para o início e, possivelmente, para todo o corpo de seu futuro discurso. Não é por acaso que o candidato opositorista de nosso exemplo, tão logo feito o agradecimento de abertura, passe a se diferenciar do então prefeito da cidade, objeto de elogio entusiástico de seu opositor no comício da véspera. Em resumo, se a exposição mais ou menos ordenada de um programa induz uma certa ordem — começo, meio e fim — no discurso que o veicula, a intercalação de "momentos", que, em tese, pertenceriam a diferentes partes do discurso, longe de traduzir uma desordem, revela uma ordem que é comandada pela lógica da acusação e da defesa.

Vale a pena lembrar que, no caso que vimos de Pernambuco, pelo menos um dos candidatos faz questão de referir-se a um suposto (embora não apresentado) programa de governo e que, no Rio Grande do Sul, também há espaço para acusações. Do significado deste apelo a uma linguagem mais impessoal em Pernambuco, já falamos. Quanto ao Rio Grande do Sul, a ocorrência de acusações, longe de desmentir o que afirmamos antes,

rar" e "fazer xangô". Por isso mesmo, suas ações são vistas como "vis", "infames", a serviço de "interesses mesquinhos" e "interesses eleitoreiros", e eles próprios como "arbitrários", "corruptos", "sem coragem", "inescrupulosos", "enganadores", "judas".

ajuda-nos a perceber melhor o que está em jogo. Neste caso, ou se acusa o adversário de ser um acusador, um caluniador, ou seja, de não respeitar as regras do jogo, ou se acusa esse adversário de falta de capacidade administrativa (ou, inversamente, um candidato se defende dessa acusação). Tal acusação não é menos ofensiva do que algumas das acusações de tom mais pessoal que vimos em Pernambuco; e isso pela simples razão de que o que indica essa incapacidade de administrar a coisa pública, além do mau desempenho de algum cargo anteriormente ocupado, é a incapacidade demonstrada pelo candidato de bem administrar os seus negócios particulares⁴⁸.

Não podemos afirmar que as coisas se passem sempre assim naqueles dois estados e, menos ainda, em outros lugares. Mas os exemplos servem para mostrar diferentes arranjos comportados pelos discursos pronunciados em comícios políticos e os diferentes idiomas utilizados. Considerando que, nos comícios, como em outras formas de interação entre um orador e um público, está em jogo uma representação, no sentido teatral (Goffman 1987: 172), vale dizer uma espécie de jogo público entre mostrar-se (ao público) e reconhecer-se (nos que falam), parece plausível supor que a prevalência da associação entre uma forma de discurso e um idioma sobre uma outra remetam a diferentes disposições da estrutura social.

48. Respondendo à crítica feita pelo adversário de que lhe faltava capacidade administrativa por não saber administrar os dois pequenos hospitais que possui, o candidato do PMDB, partido situacionista, é eloquente: "Fico admirado de pessoas pensarem dessa maneira. Eu acho que quem tem telhado de vidro não atira pedra no telhado do vizinho". E reverte a acusação: "Eu não herdei madeiras, eu não herdei serrarias e tantos outros bens de família e levei tudo à falência. [...] Estas são as pessoas que nos criticam. Agora, quem não sabe administrar o que é seu, quando é que um dia saberá administrar o que é dos outros?"

Vale a pena notar que, em Pernambuco, onde também estava em jogo a disputa entre dois empresários, ao contrário do Rio Grande do Sul, o desempenho desses comerciantes no setor privado não é posto em causa durante a campanha eleitoral. O que desqualifica não é um mau desempenho econômico do empresário, mas a ausência de certos atributos morais. Uma diferença importante nos dois casos é que a falta de capacidade administrativa privada e/ou pública de um candidato não "contamina" os demais membros de sua facção, e ele próprio pode ter algumas qualidades reconhecidas pelo seu adversário. Quando estão em jogo atributos morais, um candidato pode "contaminar" o seu palanque inteiro. No primeiro caso, a circulação entre palanques, feitos os ajustes programáticos necessários, é mais simples. No segundo, sem ser inviável, como veremos, envolve, todavia, uma operação mais complexa.

As distâncias entre os comícios de Pernambuco e aqueles do Rio Grande do Sul parecem encurtar-se mais ainda quando, analisando mais de perto aqueles programas "transacionados" a que nos referimos, percebemos que estamos diante de uma seqüência, mais ou menos cumulativa, de *promessas*, uma forma de relacionamento político-eleitor tão velha quanto a própria política brasileira, a acreditar no que nos relata a literatura pertinente e naquilo que nos conta a sabedoria popular. O que especifica o programa face a um simples somatório de promessas é a sua pretensão de organicidade⁴⁹. Já vimos — e a própria expressão que adotamos, "programa transacionado", é indicativa disso — que tal organicidade não preexiste à campanha: os supostos "programas" vão sendo construídos. Ocorre que, no ponto final da campanha, se assim pudermos nos referir aos comícios de encerramento, essa organicidade continua a não existir. Ao invés de um programa "mais completo", "elaborado com base no diálogo" (diálogo supostamente mantido com o público), para usar as fórmulas com que alguns candidatos se defendem da acusação de não terem um programa, o que de fato vamos ter será um conjunto de "promessas de governo" ou, expressão que nos parece mais adequada, um "fundo de promessas públicas" que se constitui numa espécie de referência "contábil" para futuras cobranças. Nada que se assemelhe a um conjunto de medidas articuladas, capaz de alterar, controladamente, a economia local. O que está em jogo são palavras ditas em praça pública; promessas feitas publicamente de beneficiar uma coletividade (uma vila, um bairro, uma região, um extrato qualquer da população etc.), que não coincide, diga-se de passagem, com o aglomerado formado pelo público de um comício⁵⁰.

49. Se tomarmos, por exemplo, algum dos "programas" que vimos no Rio Grande do Sul, o que constatamos é que projetos como telefonia rural, água potável, estradas, irrigação, enquanto tais, são promessas eleitorais do mesmo gênero daquelas clássicas de calçar uma rua, ou construir uma praça. Na verdade, antes mesmo de qualquer acréscimo feito no correr da campanha, o que as faz parecer itens de um programa é a sua inclusão debaixo da rubrica "agricultura" do que seria o "programa de governo" do partido X.

50. Promessa não cumprida pode ser fatal para um político. Em Alto do Rosa, vila do sertão pernambucano, o deputado da região, de uma eleição a outra, passou do apoio quase unânime da população à uma rejeição praticamente total. As palavras de um eleitor resumem bem o que parecia ser o sentimento geral dos habitantes daquela comunidade: "Aqui é fechado com Orlando (candidato a prefeito da oposição). Antes, nós éramos de Francisco (o deputado). Mas Francisco se deu mal porque não cumpriu a promessa... a promessa de botar luz e água".

Quando passamos dos programas às acusações, continuamos a lidar com seqüências, embora de uma outra natureza. Se, no caso anterior, as promessas se acumulavam, sendo razoável dizer-se que formavam uma seqüência; agora, estamos diante de uma seqüência de atos, mas não necessariamente de uma seqüência cumulativa de acusações. Ao contrário das promessas de um candidato que são incorporadas pelo candidato adversário, o destino de uma acusação é o de ser rejeitada pelo acusado e provocar uma outra acusação em sentido inverso. Aqui, a habilidade do político consistirá menos em ser capaz de formular promessas que englobem (e, ao fazê-lo, minimizem) a promessa do adversário do que em saber escolher o tipo de acusação que mandará de volta ao seu acusador e em saber dosar as acusações a serem feitas. Mesmo na "primeira acusação" de uma campanha está em jogo uma resposta a alguma "acusação" anterior — ainda quando não se encontre nas peças oratórias anteriores produzidas pelos adversários alguma acusação específica a um candidato, é comum esse candidato fazer preceder a acusação que destinará ao seu adversário de uma fórmula do tipo "tenho sofrido todo tipo de acusação da parte dos meus adversários". Mas não é qualquer tipo de acusação que pode ser feita em palanque e, muito menos, como ocorre com um candidato a prefeito, por alguém que, se eleito, terá que ter sua autoridade reconhecida por todos, coisa que dificilmente ocorrerá com quem, de tanto e a tantos acusar, acabe vítima da acusação de ser um acusador⁵¹.

Se as promessas são direcionadas a coletividades, as acusações são dirigidas publicamente a individualidades ou, de modo mais preciso, a reputações individuais (Bailey 1971: 4-8). Trata-se de uma empresa delicada, que consiste em promover uma reputação (aquela do próprio candidato ou do candidato que está sendo apoiado) através do rebaixamento daquela do adversário e, por extensão, daqueles que o "acompanham na política". Tal como no caso das promessas, o resultado final dessa operação (uma imagem exageradamente positiva do candidato e a sua contraparte, uma imagem exageradamente negativa do candidato adversário), embora construído, não

51. Um artifício usado com certa freqüência pelos políticos para resistirem à tentação de transporem a linha que separa a defesa da honra ou a denúncia a serviço do bem público da acusação gratuita ou da denúncia interessada é deixarem essa tarefa a cargo dos cabos eleitorais ou de candidatos a vereador de menor peso, como já foi assinalado anteriormente.

se oferece apenas e completamente ao final da seqüência de atos de acusação, mas, por assim dizer, paira, mudando eventualmente de feições sobre as candidaturas ao longo de toda a campanha e, o que é mais grave, pode perdurar, como estigma, para além do tempo da política.

Tanto os programas "transacionados" quanto essas acusações pessoais sugerem uma espécie de "troca" entre partidos adversários diante de um "público" que é mais amplo que o público de um comício singular. Os efeitos finais da seqüência de medidas incorporadas a um programa ou das acusações dirigidas a políticos adversários só serão passíveis de percepção pelo público de cada comício se esse público for capaz de acompanhar a elaboração dessas seqüências (lembrando o que a prova da prática indica que deve ficar registrado e esquecendo, junto com os membros do palanque, o que deve ser esquecido), participando dessa sucessão de comícios ou envolvendo-se em outras atividades do tempo da política que lhe permitam decodificar o sentido exato de uma proposta ou de uma acusação feita em um comício determinado num ponto localizado da campanha. Entre parênteses, diga-se que a melhor medida da participação de alguém numa campanha eleitoral é o mostrar-se capaz de falar de toda a campanha a qualquer momento dessa campanha.

Tanto as promessas (integrantes ou não de um suposto programa) que vão sendo formuladas ao longo da campanha — no imediato, por gerarem outras promessas de parte da facção adversária; na sua totalidade, por constituírem "o fundo de promessas" a serem cobradas — quanto as acusações — que exigem respostas imediatas e que podem resultar em brigas definitivas — contribuem para criar um público mais amplo, extra-comício⁵². As promessas coletivas (isto é, dirigidas a coletividades), articuladas ou supostamente articuladas em programas, e as acusações pessoais públicas (isto é, feitas de público, de cima de um palanque, a partir, portanto, de uma posição de autoridade e de uma posição de força — a força da facção encarnada naquele palanque) vinculam políticos profissionais e público, coletiva e objetivamente, no caso dos "programas", mas envolvendo sempre "subje-

52. Esse público mais amplo existe independentemente do uso da mídia eletrônica. Na verdade, a mídia (nas áreas estudadas, o rádio especialmente), mais do que criar novas relações, parece operar no sentido de ampliar o âmbito das relações que ligam palanque e público, ao assegurar, via transmissões diretas, programas eleitorais gratuitos, debates eleitorais etc., uma circulação mais rápida das informações.

tividades", em especial a honra daqueles que pronunciam promessas em praça pública. No caso das acusações, em que políticos profissionais são desvinculados uns dos outros, a vinculação candidato-público passa pela mediação da contraposição de imagens, mencionada acima, entre os "do outro lado" e os "nossos", aqueles com quem o eleitor se identifica ao reconhecer neles virtudes subjetivamente objetivas.

Com o desenvolvimento da campanha, as promessas vão aumentando e as acusações vão se tornando mais freqüentes e incisivas. Por isso mesmo, parece estranho que os discursos nos comícios de encerramento comportem, ao lado das promessas e acusações, apelos à unidade. Esse paradoxo é resolvido a partir do momento em que se considera que o que está em jogo no comício não é apenas a relação entre quem fala e aqueles que ali estão, mas uma disputa entre comícios — seríamos mais fiéis às formulações "nativas" se disséssemos disputa entre palanques, mas preferimos falar de comícios para indicar que estão em jogo palanque e público — envolvendo um público maior. Se na intensificação das promessas e das acusações está em jogo o tornar mais nítida a fronteira da facção e, conseqüentemente, reforçar a solidariedade interna entre aqueles que já a integram ou estão em processo de incorporação; no apelo à unidade, parece estar em jogo a perspectiva da facção tornar-se facção governante e, conseqüentemente, de poder levar às últimas conseqüências esse trabalho de incorporação de pessoas, hoje vinculadas à facção adversária e, quem sabe, de esvaziamento mesmo dessa outra facção. Sintoma disto é o fato do apelo à unidade mostrar-se mais forte no discurso dos candidatos daquela facção que, ao final da campanha, exhibe sinais de favoritismo e, inversamente, de apresentar-se mais tímido no discurso dos candidatos daquela facção que parece fadada a ser oposição nos próximos anos, para quem, por conseguinte, manter uma identidade própria é fundamental.

A festa dos artistas

Se os discursos têm um lugar central nos comícios políticos — e, sendo marcante, é marcada a oposição entre os que falam e os que não falam — nem só de discursos se faz um palanque. Quando analisamos a organização espacial do palanque, chamamos atenção para, ao lado da oposição falar/não falar, a importância da oposição aparecer/não aparecer. Lembramos o peso que tem a simples presença de algumas figuras à frente do palanque, mesmo que por alguns minutos, para o sucesso de um comí-

cio. Mas as coisas estão longe de se limitarem a uma oposição entre uma participação ativa, através da fala, e a presença pura e simples. Há outras formas de participação ativa que não os discursos. Estamos nos referindo à presença nos palanques, cada vez mais freqüente, dos *artistas*. Se os políticos discursam, os artistas apresentam-se. É isso que os distingue dos outros "notáveis" do palanque.

Já vimos que, tanto quanto as outras estrelas, os artistas emprestam sua autoridade e seu prestígio pessoal ao palanque em que sobem e, ao fazê-lo, contribuem para garantir a necessária distância público-palanque, constitutiva do comício e, pois, para assegurar o caráter solene do evento. Não é por acaso que seus nomes são anunciados, às vezes com tanta ênfase quanto os dos candidatos, nas convocações que antecedem os comícios. Mas a particularidade dos artistas face às demais "estrelas" consiste em que, se o seu carisma pessoal contribui para manter aquela distância, com o exercício da sua *arte*, associada pelo senso comum à informalidade e à comemoração, eles reforçam a comunicação — uma comunicação não verbal, mas nem por isso menos eficiente — entre palanque e público, ameaçada pelo eventual excesso da formalização, própria desse tipo de ritual.

Se o público atraído aos comícios é um público vinculado a uma facção ou, pelo menos, referido a essa facção⁵³, ou então um público não vinculado a uma facção particular, mas que nutre algum tipo de simpatia por uma ou mais dessas estrelas, o público dos artistas é de outra natureza. Trata-se de um público construído, mesmo no caso dos artistas locais, a partir de práticas sociais que atravessam as fronteiras estabelecidas pela atividade política. O que estamos querendo dizer é que os artistas não simplesmente atraem público, mas são capazes de levar ao comício um público

53. Comparecem, em princípio, ao comício aquelas pessoas já vinculadas ou em processo de vinculação a uma facção. Essa regra é tão forte e está tão internalizada que aqueles que, sendo da facção adversária, pela contingência de morarem perto do local do comício, não têm como evitar assistir a ele ou ouvi-lo, sentem-se na obrigação de justificar esse fato, mesmo que dele tirem partido ao se informarem sobre o que dizem os adversários. Assim, a esposa do candidato a vice-prefeito de um município pernambucano, em 1988, queixava-se da sorte por morar perto do lugar do comício dos contendores de seu marido, dizendo "não agüentar mais tanta mentira". No entanto, permanecia na porta de casa. A mesma lógica parecia informar a ação de correligionários de seu marido que, nos dias de comício, usavam sua casa como uma espécie de posto de observação daquilo que estava sendo dito pelos "do outro lado".

que, em outras circunstâncias, nunca compareceria àquele comício e, no limite, jamais compareceria a qualquer comício.

Mas não se trata de um vago "atrair". Se, via de regra, quando alguém de uma determinada facção vai a um comício adversário, o faz de forma disfarçada e, quase sempre, para abastecer seus candidatos de informações necessárias ao embate da campanha, a presença do artista no palanque autoriza e justifica a presença de opositores declarados no público de um comício, ao mesmo tempo que afasta eventuais suspeitas dentro da facção desse freqüentador de que ele estaria se aproximando do "outro lado". Mesmo numa cidade polarizada politicamente como uma das duas que acompanhamos, durante as eleições municipais de 1988 em Pernambuco, militantes de primeira linha e candidatos do PMDB não apenas se permitiam comparecer a um comício do PFL que anunciava como atração a presença da cantora Fabiana, que faz muito sucesso na região, como ainda convidaram a pesquisadora para acompanhá-los. Ao tentar, já no comício, nos comentários em voz baixa, desqualificá-lo, atribuindo a grande presença do público à presença da cantora, eles estavam justificando sua própria presença.

Se a presença dos artistas é capaz de justificar a presença no público de pessoas que, de outra forma, estariam excluídas desse ritual faccional que é o comício, o seu desempenho no palanque é uma espécie de dramatização do procedimento de adesão ritual do excluído a uma facção. Ninguém melhor do que o artista, um marginal, no sentido sociológico, sobrevivendo num mundo dividido por clivagens políticas através de uma atividade que a subordinação a essa divisão poderia tornar inviável por falta de público adequado, para tornar visível ao público do comício que há um lugar para os excluídos naquele palanque.

Como os demais notáveis, os artistas, com a sua simples presença, estão assinalando para o público do comício — reforçando o seu entusiasmo por uma candidatura — e aos eleitores não vinculados a uma facção — procurando atraí-los — que eles, artistas, fazem parte daquele palanque, o que equivale a dizer que, de alguma maneira, se identificam com o partido e seus candidatos. Diferentemente dos demais, cuja notabilidade advém do fato de serem de dentro da política, mesmo que de fora do município, os artistas, pela especificidade da posição que ocupam e da arte que exercitam, tiram sua força do fato de, mesmo sendo do município, serem de fora da política, o que paradoxalmente lhes assegura, ao exercerem essa arte *em*

palanque, um peso político excepcional, que será tanto maior quanto mais distantes (ou mais de fora) forem, e tão mais eficaz na sedução dos eleitores não alinhados quanto menos eles fizerem uso da palavra (um privilégio dos políticos) e mais aplicadamente fizerem uso de sua própria arte. Ator, poeta, cantor ou cantador, o que o artista faz no palanque com sua performance é mostrar aos excluídos (que, de algum modo, só ele ou a sua presença consegue reunir e, conseqüentemente, incluir) que, sendo de fora, é estranho às facções, mas que, se fosse de dentro (da política e do município), o seu palco seria aquele palanque, por ser capaz de incluí-lo e a todos os que não têm palanque. É uma espécie de demonstração ao vivo da superioridade de um palanque face aos palanques rivais pela sua inclusividade, por ser o "palanque amplo" de que falam os oradores.

É o peso social dos artistas que faz com que sua presença, mais do que a de outros notáveis, seja lida pelo público — e outra não é a intenção dos políticos ao levá-los a seus comícios — como uma demonstração de força ou uma manifestação de poder daqueles que os colocam no palanque. Só a quem desconhece esse peso dos artistas soará estranha a equivalência estabelecida pelos promotores de um comício, no interior de Pernambuco, entre a artista que eles estavam exibindo no palanque e a figura, por muitos considerada messiânica, de Miguel Arraes, então governador do estado, que, na véspera, deixara de comparecer ao comício da facção adversária: "Eles prometeram que o governador viria para cá, mas não veio; mas nós prometemos e cumprimos: aqui está a Fabiana"⁵⁴.

Finalmente, os artistas, responsáveis pela produção do lado festivo do comício ou, para sermos mais precisos, da festa que existe dentro de todo comício, propiciam aos políticos a oportunidade de, fazendo a festa mais bonita e mais bem organizada, demonstrarem, por antecipação, sua capacidade para realizar uma administração futura.

54. Sintomaticamente, este episódio indica também que a apresentação de artistas pode ser um lugar — e talvez um lugar privilegiado — para disputas públicas em torno da capacidade de um candidato cumprir as promessas que faz. É em termos de cobrança do cumprimento de uma promessa feita — numa espécie de antecipação do que seria o governo de cada uma das facções — que é estabelecido, pelos partidários do PFL daquele município, o contraste entre a artista presente e o político ausente. O que está em jogo nessa capacidade de cumprir promessas é a confiabilidade dos políticos.

A partir dessa ótica, o fato de os artistas serem pagos não é visto como problema, mas, pelo contrário, só contribui para revelar a força ou o poder econômico da facção, vale dizer, a sua força para governar. Está em jogo uma concepção de poder onde aquele que gasta mais dando aos outros — aos eleitores, mas não apenas a eles, o que é indicativo de seu desinteresse — mostra-se portador da generosidade necessária ao exercício do poder, ao mesmo tempo que indica a possibilidade efetiva de continuar exercendo essa generosidade numa escala ampliada, uma vez no governo. É por isso que, a exemplo do que apontamos para a retórica da pobreza na caça ao voto, os comícios pobres e sérios mostram-se tão pouco atraentes e de eficácia duvidosa. Talvez não haja melhor contraprova que o gesto de um trabalhador rural, artista também, tocador de sanfona, de interromper a sisudez de um comício que, feito à época da campanha salarial para promover a candidatura a vice-prefeito do presidente do sindicato, corria o risco de descaracterizar-se como comício, tornando-se uma mera assembléia. Zé Negão, percebendo o perigo, correu até a sua casa, pegou a sanfona e, de repente, tínhamos, sob aplausos gerais, um artista no palanque, e um comício de fato se realizando.

Os dois públicos

Até agora, falamos do comício a partir do palanque. Isto não foi por acaso. Não apenas o palanque é o centro das atenções e o núcleo das atividades que "fazem" o comício, mas, como destacamos anteriormente, o próprio espaço do comício está organizado em torno do palanque. Mas o palanque não é tudo. Há também o público. Como, aliás, já foi lembrado, um palanque sem público é o anti-comício.

Todavia, visto "de cima", o público corre o risco de ser tomado como uma massa passiva, no máximo capaz de reações reflexas ou manipuladas, sem forma e reunida ao azar. O que o nosso relato sobre o palanque sugere é bem diferente. Em primeiro lugar, está claro que é impossível, ou pelo menos desprovido de sentido, falar do palanque sem referir-se ao público. O orador precisa que alguém se disponha a ouvi-lo; o artista procura aplausos. Mas isso não é tudo. O que vimos é que uma figura chave do comício, o apresentador, é um especialista na relação palanque-público. E, mais

ainda, que a manifestação do público é crucial, em certos momentos do comício, e é capaz de mudar o rumo de um discurso ou alterar a sequência de falas.

Tanto quanto o palanque de um comício, seu público nada tem de casual. As pessoas que se reúnem embaixo de um palanque são, em grande parte, trazidas ao local por cabos eleitorais e motivadas, não poucas vezes, por visitas feitas às suas casas pelos próprios candidatos. Por outro lado, e isto também assinalamos no início deste trabalho, quando em suas próprias casas, elas ainda estão longe de constituir um público e até mesmo um público potencial. Na verdade, só começam a constituir-se em público quando, a caminho do comício, a disposição individual das pessoas torna-se, via participação nas passeatas e carreatas, ação coletiva. Podíamos então dizer que esse público, mesmo quando estão em jogo adesões propriamente espontâneas, é "formado", isto é, passa por um processo de preparação, através do seu envolvimento naquelas ações coletivas.

Esse processo de formação de público já é indicativo do caráter não aleatório da sua composição. Olheiros à parte, um comício reúne pessoas, excluídas do palanque, articuladas organicamente à facção que o promove ou pessoas, do local ou de fora, vinculadas através de redes sociais a cabos eleitorais ou outros intermediários dessa mesma facção ou, ainda, aquelas um pouco mais distantes que se dispõem a retribuir com a sua presença a visita que lhes foi feita por um candidato ou por um político importante daquele palanque. Ao lado dessas coletividades ou desses conjuntos de indivíduos articulados por relações pessoais, comparecem também aos comícios grupos de vizinhos ou parentes de localidades da região. Em princípio, coerente com a idéia aceita da política — e das demais atividades públicas — como sendo uma atividade masculina, são chefes de família que ali se juntam. A dimensão festiva do comício, absolutamente indispensável a qualquer verdadeiro comício, garante, todavia, a presença ao evento de mulheres e crianças ao lado dos homens⁵⁵.

As linhas que ordenam o comparecimento das pessoas não necessariamente são as mesmas que as mantêm juntas no comício. Os agrupamentos

55. Os jovens tanto podem integrar esses grupos familiares como, dependendo dos canais de mobilização de uma certa facção, apresentarem-se agregados a representações de jovens vinculados a uma determinada igreja, clube ou partido político.

que se formam para chegar ao comício podem deixar de existir uma vez desembarcados dos ônibus que os foram buscar (e, posteriormente, voltar a existir no retorno ao ponto de partida) ou terminadas as passeatas em que eles se formaram. Mas também se podem manter coesos. Faltam-nos elementos para generalizações a esse respeito. Todavia, o que a observação nos aponta é para um público cuja heterogeneidade transparece na própria dificuldade de estabelecer critérios classificatórios unitários para descrevê-lo. No público de um grande comício na área canavieira de Pernambuco, misturam-se, por exemplo, agrupamentos de eleitores dos cabos eleitorais ou dos vereadores A, B e C; grupos de trabalhadores organizados pelo sindicato de trabalhadores rurais; alguns grupos de militantes do comitê eleitoral do partido empenhados em puxar aplausos e distribuir material de propaganda; vizinhos de uma periferia (bairro popular) da cidade; claque paga por um candidato D para levantar faixas e gritar e aplaudir seu nome; grupo de trabalhadores do engenho M que se afastou do conjunto de grupos articulados pelo sindicato; pessoal do ônibus da vila P, contratado pelo deputado R, que inclui não apenas moradores daquela vila; grupo de seguidores do pastor X da igreja protestante Z; grupo de jovens da paróquia da igreja católica da cidade, e assim por diante, não esquecendo um certo número de pessoas que se deslocam isoladamente ou com a família, ou então com dois ou três amigos ou conhecidos, que podem mudar no decorrer do comício⁵⁶.

Esses agrupamentos não têm um lugar certo para ficar. Circulam pelo comício ou postam-se fixamente em um ponto, em função de conveniências que têm a ver com aquele evento singular. Na verdade, o lugar que eles vão ocupar é limitado por um princípio de organização espacial do público anterior à sua própria formação. O palanque estrutura o espaço do comício

56. Contrastando com o que ocorre nos grandes comícios, a vinculação do público a uma facção e a sua heterogeneidade se colocam de modo diverso nos comícios de engenho (Pernambuco) e nos comícios de linha (Rio Grande do Sul). No caso dos engenhos, os trabalhadores que ali residem participam em sua totalidade tanto dos comícios dos candidatos do patrão, a cuja facção, pelas regras tradicionais, "naturalmente" pertenceriam, quanto dos comícios promovidos, por exemplo, pelo sindicato, a que, pelas lutas sociais em que estão engajados, também estariam "naturalmente" vinculados. No caso das linhas, onde inexistia uma dominação patronal, o comparecimento de todos os habitantes aos comícios de todos os candidatos representa, antes, uma tentativa de conjurar a divisão que a política, na concepção desses camponeses, costuma provocar.

e o espaço do público do comício. Perto dele⁵⁷, numa certa continuidade, expressa pelos apertos de mãos e palavras dirigidas a este ou aquele candidato ou político, comprime-se um aglomerado, nem sempre muito grande, de pessoas, cuja única característica comum é a militância espontânea ou "profissional" por aquele palanque ou por algum (ou alguns) dos candidatos que o compõem. No outro extremo, no contorno do comício, uma outra pequena multidão divide sua atenção entre o que é dito no palanque e o que é conversado nas tendas de comidas e bebidas ou nos bares das imediações. Espécie de área de trânsito entre o comício e o resto da cidade, esse espaço reúne um público que inclui desde o militante de passagem, que ali faz uma parada para comer ou beber alguma coisa, até os olheiros da facção adversária. Entre os dois extremos, coloca-se a grande massa dos presentes.

Se o público do comício reúne os excluídos do palanque, há igualmente exclusões desse público. Além de adversários infiltrados, conhecidos ou apenas suspeitos de sê-lo, há também uma espécie de exclusão com relação àqueles que, devendo estar no palanque, colocam-se no meio do público. Essa atitude parece ser lida como uma recusa daquela pessoa em assumir seu lugar, uma demonstração de ambigüidade que a torna também suspeita. A identificação de notáveis do local ou de pessoas a quem a origem ou o cargo emprestam um certo prestígio no meio do público provoca um movimento imediato, tanto da parte daqueles que estão no palanque, quanto dos que estão no público, para que ela suba no palanque⁵⁸.

Finalmente, o público do comício nada tem de passivo. Ele reage aos estímulos do palanque aplaudindo ou vaiando ou, ainda, acompanhando os cânticos ou participando das danças que são puxadas pelos animadores. É verdade que a intensidade dessas reações varia no interior do próprio público, os que ficam "perto do palanque" demonstrando uma maior animação do que o resto dos participantes. É daí, sobretudo, que partem os aplausos ou gritos de apoio ao que é dito pelos oradores. A grande maioria do público, aquela massa colocada entre a periferia e a área próxima ao palanque

57. Não há um termo para designar esse espaço. As pessoas a ele se referem como "perto do palanque", como que confirmando a centralidade do palanque na estruturação do espaço do comício.

58. É, num certo sentido, o que acontece com o pesquisador, sobre cuja ambigüidade falamos na nota 14.

permanece, a maior parte do tempo, atenta ao que é dito, aplaudindo discretamente e fazendo comentários em voz baixa⁵⁹.

Vale a pena lembrar que essas reações do público variam não apenas segundo a localização dos participantes, mas também de um comício para outro ou, ainda, de acordo com o momento do próprio comício. A falta de estrelas no comício ou, pior ainda, a surpresa da ausência de um estrela esperada pode comprometer o entusiasmo do público e, conseqüentemente, o sucesso de um comício⁶⁰.

Todavia, não estão em jogo apenas reações. O público do comício tem atividades próprias. A exemplo do que ocorre nas feiras, ou nas festas populares, o comício é pretexto para o encontro de parentes, amigos, vizinhos ou compadres, que aproveitam a ocasião para conversar e confraternizar, trocar informações e também falar de política.

Um observador de fora pode confundir-se com a aparente apatia dos ouvintes, sobretudo quando se trata de um público composto majoritaria-

59. Tanto em Pernambuco como no Rio Grande do Sul, os camponeses são muito discretos em suas manifestações. Vaiais praticamente não ocorrem e os aplausos são raros e contidos. Isso é marcante quando se contrasta comícios em engenhos ou nas comunidades com os comícios nas cidades ou mesmo em vilas maiores, com uma população mais diversificada. Nos engenhos de Pernambuco — e estamos nos referindo basicamente ao que a pesquisadora Moema Marques viu em um município da zona da mata sul — mesmo nos comícios previamente organizados, quase não há aplausos, ficando estes por conta das pessoas que vêm da sede do município (os candidatos, seus parentes e alguns militantes). Esse quadro só é transformado quando um número grande de trabalhadores de outros engenhos junta-se aos que moram no local e a distribuição de aguardente assegura um aspecto festivo à reunião. Não há dúvida que nessa atitude de contenção pesa o fato de o comício ser realizado dentro dos domínios do grande proprietário. Esses mesmos camponeses são mais generosos em seus aplausos num comício urbano. O exemplo de Rio Grande do Sul, todavia, sugere que não é somente a dominação direta do patrão que está em jogo. Um controle semelhante é exercido pela comunidade no caso gaúcho: manifestações exageradas de entusiasmo podem ameaçar uma unidade social zelosamente cultivada.

60. A ausência do governador de Pernambuco naquele que seria o grande comício da campanha da Frente Popular em um município do sul do estado, nas eleições de 1988, que já mencionamos anteriormente, tirou o elan de um evento que tinha sido montado em função da presença daquele político. Se isso não chegou a atingir o prestígio do governador, foi, no entanto, objeto de exploração no comício seguinte da facção adversária, provocando possivelmente algum desgaste aos candidatos locais da Frente Popular.

mente por trabalhadores rurais⁶¹. Mas, como advertia um candidato a outro, em Pernambuco, "é preciso ter muito cuidado com o que se fala no palanque, porque o palanque tanto faz você subir como descer. É preciso ter um controle danado porque, às vezes, tem um cara humilde, ali quieto, mas ele grava o que você diz"⁶². Na verdade, o público avalia o palanque todo o tempo. Ele controla quem sobe e quem não sobe no palanque, quem fala e quem não fala, bem como a qualidade da oratória dos que falam. Se não é um participante eventual, mas alguém que acompanha os comícios com certa regularidade e vive os acontecimentos do *tempo da política* com alguma intensidade, ele terá condições, ademais, de avaliar comparativamente o comício e, por conseguinte, toda a campanha. Essa avaliação não é feita individualmente. As conversas em voz baixa, os cochichos, a troca de gestos⁶³, operam no sentido da criação de um tipo de consenso, senão entre todo o público, pelo menos entre parcelas significativas dele, que é passado aos que estão no palanque, que, a exemplo do que sugere o vereaa-

61. Como observa a pesquisadora Moema Marques, é difícil "avaliar o quanto de atenção os trabalhadores prestam no que é dito pelos oradores".

62. O reconhecimento do caráter ativo desse público e da eficácia das conversas em voz baixa que se dão no meio dele, durante todo o tempo do comício, é que terá levado, provavelmente, um candidato a vereador do PDS, no Rio Grande do Sul, a preferir à acusação de palanque fazer circular entre as pessoas que assistiam ao comício de seu partido um abaixo-assinado de militantes do PT onde havia um protesto contra críticas dirigidas a uma candidata a vereadora do PT pelo candidato a prefeito do PMDB, principal adversário do PDS no município. Lido de palanque, esse documento produzido por membros de um partido também adversário do PDS poderia levantar a suspeita de que alianças inusitadas entre a direita e a esquerda estariam se dando, e acabar favorecendo o PMDB. Por outro lado, iniciativa de um candidato a vereador novo e, portanto, ainda sem peso político, a denúncia poderia perder-se entre as dezenas de denúncias e acusações que formam a matéria dos discursos dos candidatos a vereador e sequer chegar a ser ouvida. Ao confiar às mãos do público um documento como aquele, o vereador não estava passando uma informação qualquer, mas, sim, lhes transmitindo a garantia de uma informação escrita e expressando, ao lado da confiança nos interlocutores, a sua crença na força da comunicação de pessoa a pessoa dentro do público.

63. Embaixo do palanque, o "cuidado com o que se fala" inexistente. Talvez porque inexistia a perspectiva de subir ou descer, de que falava o vereador. Quem está no público, ao contrário de quem fica no palanque, não precisa ter controle do que diz. O comentário não empenha a palavra de quem o faz. Por isso mesmo, se em cima prevalece a linguagem formal e empobrecida dos rituais (Bloch 1989), embaixo prevalece a informalidade, a linguagem do cotidiano. Aqui, o que é objeto de controle não é a palavra, mas sim o palanque.

dor pernambucano, tomam os seus cuidados para evitar a perda do controle. Por vezes, essas tomadas de posição, se assim podemos chamá-las, do público expressam-se em aplausos diferenciados, que indicam aos que estão no palanque como eles se dispõem na hierarquia formulada pelos que estão embaixo e, ao fazê-lo, levam, por vezes, os de cima a reformularem a própria distribuição hierárquica com que operam. As palmas repetidas a cada vez que era mencionado o nome do governador Arraes no comício de encerramento da Frente Popular, numa cidade do sertão de Pernambuco, em 1988, faziam com que todos os candidatos, mesmo aqueles mais distantes politicamente do governador, se sentissem obrigados a citá-lo, indicando a submissão à sua liderança e, ao fazê-lo, compartilhassem dos aplausos. Na mesma linha, a sabida maior popularidade dos sindicalistas candidatos a vice-prefeito em duas cidades da área canavieira daquele mesmo estado, confirmada pelos aplausos e gestos de apoio dos trabalhadores rurais, levou à situação algo esdrúxula de os comícios nas chamadas "áreas rurais" — vilas, engenhos, povoados — serem encerrados não pelo candidato a prefeito mas pelos candidatos a vice. Finalmente, o público é ativo enquanto portador de informações sobre o comício para o público mais amplo, objeto da disputa entre facções. Essas "informações", na verdade as avaliações produzidas no local pelos que assistem ao comício, serão a matéria-prima de que esse público mais amplo (do qual também fazem parte, obviamente, aqueles que participam do comício) disporá para formar uma espécie de juízo social do sucesso ou do fracasso do evento.

Um dialogo especial

Vimos que o público do comício é um público alinhado ou em processo de alinhamento a uma facção. Apesar disso, quando olhamos, em primeira instância, para as relações público-palanque, vemos que não é essa a concepção formalizada no endereçamento dos discursos — não dirigidos expressamente aos correligionários, mas ao "povo" do município, do bairro ou equivalente — ou nas saudações formuladas pelas faixas portadas por grupos de expectadores ou pelas comissões que têm acesso ao palanque para homenagear um político ou candidato ilustre, que expressam a gratidão, a confiança, a esperança ou outro sentimento qualquer da "comunidade" X ou de um grupo profissional ou religioso Y ou, ainda mais amplamente, do

"povo" ao homenageado. No comício é como se estivesse reunida toda a sociedade e não apenas uma parte dela e, ao contrário do cotidiano das áreas estudadas, em que as relações sociais são basicamente individualizadas, qualquer que seja o código utilizado (parentesco, compadrio, amizade, proteção), nos comícios, elas são categoriais. De um lado, "os do palanque", de outro, "os de baixo".

A sociedade pensar-se categorialmente não constitui nenhuma especificidade dos comícios ou do tempo da política. Nas áreas estudadas, como em sociedades outras, oposições como pobres-ricos, grandes-pequenos etc. coexistem e, mais do que isso, representam uma espécie de pré-requisito à instauração de relações individualizadas de patronagem ou similares que possibilitam a sobrevivência material e simbólica das relações e das partes que a integram. O que há de específico no comício é a objetivação transformada dessas categorias de pensamento que hierarquizam a sociedade em categorias sociais, por assim dizer, palpáveis — o palanque (os que sobem em palanque) ou os políticos (os que fazem política, os que têm o saber da política) por oposição aos de baixo (os que não sobem em palanque) ou o povo (os que não fazem política, mas a quem é endereçada a palavra do político) — coextensiva a uma suspensão das relações individualizadas que fazem o dia-a-dia. Se as ligações pessoalizadas são confirmadas nas visitas às casas, que precedem os comícios, elas vão sendo suspensas a partir do momento em que a participação no movimento coletivo — caminhada ou carreata — começa a criar um público⁶⁴. O palanque instaura uma distância divisória entre os que sobem no palanque — ou, mais precisamente, entre os que "formam" um palanque ou têm a possibilidade de fazê-lo — e os de baixo, os excluídos do palanque.

O fosso que se interpõe entre palanque e público não é grande a ponto de impedir a comunicação entre eles, mas, certamente, é determinante do tipo de diálogo que se vai estabelecer. Se há uma assimetria social anterior

64. Na verdade, a convocação feita pelo rádio ou pelos carros de alto-falantes é dirigida a todo o "povo" e não a redes de pessoas ou membros de facções e, muito menos, a indivíduos isolados. Passado o momento de singularização das visitas, uma certa impessoalidade e um certo sentido coletivo são a tônica das carreatas e passeatas (maiores nas últimas do que nas primeiras). As articulações pessoais voltam a ser negadas por ocasião dos discursos dos comícios, via de regra dirigidos "ao povo de tal lugar", um público supostamente mais genérico.

óbvia entre os que estão no palanque e os que estão fora, há também uma menos óbvia, mas igualmente importante, no próprio diálogo⁶⁵, que, se, por um lado, aumenta o fosso, por outro, ao introduzir unilateralmente regras, estabelece uma ordem que o viabiliza. Não é por acaso que o uso de uma linguagem formal e a presença de mediadores são indispensáveis a qualquer palanque. Aquela, se, como apontamos há pouco, ajuda a configurar a distância que separa público e palanque, é também um instrumento fundamental para diminuir as possibilidades de ruído na comunicação que se estabelece em situações como essas (Goffman 1987: 193), em que os ajustes lingüísticos, acionados normalmente nas situações de comunicação face a face, são pouco viáveis e passíveis de desencadear conflitos. Na mesma linha, poderíamos dizer que a informalidade dos apresentadores é tão simplesmente uma "informalidade formal" ou um "formalismo simplificado" que, mantendo através de "palavras de ordem", que são verdadeiras ordens de comando, a distância entre palanque e público, estabelece a ponte necessária para que o distanciamento não se torne estranhamento e, eventualmente, se transforme em conflito⁶⁶.

A relação entre palanque e público é uma relação tensa, e essa tensão tem a ver, em primeiro lugar, com a própria delimitação da fronteira que os separa, que, além de não ser absoluta, também não é fixa, mesmo que, uma vez estabelecida, apresente-se nítida. Poderíamos dizer, em outras palavras, que a fronteira entre público e palanque é sempre, ainda que em graus variáveis, objeto de uma disputa. As "invasões" de espaço são freqüentes, e o bem resolver essas questões de fronteira é uma das medidas do êxito de

65. Trata-se de um diálogo especial pelo fato mesmo de se mostrar sob a forma da ausência de diálogo que, como vimos no início, é definidora do comício face a outras formas de ajuntamento social como reuniões, assembléias ou círculos de debates.

66. Essa "informalidade formal" contrasta com o absoluto formalismo das *embaixadas*, a única forma legítima de participação do público no palanque. Neste caso, o esmero da apresentação pessoal dos participantes — roupas novas ou engomadas, corpos perfumados, cabelos gomalizados —, o ar compenetrado de seus rostos e as frases prontas ditas em tom de recitação — "É com grande carinho que entrego esse ramo de flores ao nosso prefeito Fulano de Tal" — são percebidos por aqueles que estão no palanque, pelo público e, sobretudo pelos próprios membros da *delegação*, como a condição mesma da sua presença naquele espaço "sagrado" que, por alguns minutos, deixa de consagrar pessoas para consagrar tão somente o caráter impessoal das *embaixadas*.

um comício⁶⁷. Evitar que pessoas do público subam ao palanque é, como já vimos, uma preocupação permanente dos organizadores de comícios⁶⁸. A descida de políticos para o meio da multidão, durante a realização do comício, por sua vez, pode gerar tumulto, ao dar lugar a uma espécie de mini-comício paralelo e, por essa razão, não é vista com bons olhos.

Esses problemas de fronteira são mais visíveis em comícios menores, onde a precariedade do palanque, muitas vezes improvisado na hora, não permite uma separação física nítida entre palanque e público ou onde, em situações de ausência de políticos de destaque ou de convidados ilustres, a proximidade social entre os de fora do palanque e aqueles que o ocupam é um estímulo às "invasões". Mas de forma alguma estão ausentes nos grandes comícios, onde sua ocorrência, embora mais rara, costuma ter consequências mais sérias.

Essa questão seria mais simples não fosse essa fronteira, antes de mais nada, uma fronteira simbólica, ao mesmo tempo nítida, mas de difícil localização pela sua própria mobilidade. Público e palanque ampliam-se ou se encolhem, de acordo com o momento do comício, ou mesmo de acordo com o momento da fala de um orador. Um político de destaque ou uma tirada de um orador brilhante podem transformar o palanque, ou parte dele, em parte do público, aplaudindo quem fala ou o que é dito. Ao contrário, um político importante que, após sua fala e sem que o comício tenha termi-

67. Quando falamos de invasões, não estamos, certamente, nos referindo àquele fluxo permanente de comunicações informais e não públicas entre pessoas de dentro e de fora do palanque — os recados, de que já falamos — que, ao longo de todo o comício, operam a indispensável continuidade entre cotidiano e ritual e entre diferentes atos do próprio ritual. Não houvesse essa continuidade, a descontinuidade simbólica própria dos rituais não teria sentido e, por conseguinte, seria inviável socialmente.

68. Isso não se aplica às crianças, que, no comício, tanto como no cotidiano, gozam de uma certa liberdade de circulação. Da mesma maneira que circulam livremente entre os terreiros das casas camponesas (Garcia Jr.1983; Heredia 1979), sobem e descem do palanque sem que isso represente maior problema. No entanto, os excessos no comício, tanto quanto no cotidiano, são objeto de censura, levando, eventualmente, os organizadores a suspenderem aquela regalia. O que parece estar em jogo é que o comício, ao colocar em suspenso o princípio das relações pessoais, que organiza as relações sociais no cotidiano, não suspende todas as regras do cotidiano. Na verdade, são atingidos por essa suspensão apenas aqueles que têm responsabilidades sociais definidas por aquele princípio (fundamentalmente, homens adultos chefes de família) e, por conseguinte, responsabilidades políticas que os impedem de não aceitar a suspensão proposta pelo ritual.

nado, desce do palanque e é carregado em triunfo nos ombros de eleitores na verdade está ampliando o palanque. No caso extremo, há políticos com tal carisma que, mesmo fora de situações de comício, são vistos como se estivessem no palanque (talvez por serem eles próprios o símbolo desse símbolo que é o palanque), inspirando aos eleitores potenciais menos a abordagem em termos de favor pessoal, como ocorre com o comum dos políticos, do que pedidos genéricos de proteção à pobreza ou o simples toque corporal.

O caráter formal dos comícios também não é suficiente para impedir que as tensões ligadas às relações que seus participantes estabelecem no cotidiano ali se manifestem. Local público que é, o espaço do comício, se propicia o encontro e a confraternização, acaba também sendo lugar de brigas e ajuste de contas⁶⁹. Quando se trata de uma área em que os conflitos sociais em torno de salários, terra ou outros itens são a matéria-prima, por excelência, do cotidiano, é difícil evitar que esses conflitos se façam presentes em eventos socialmente tão importantes quanto os comícios políticos. Confrontos desse tipo também se dão em feiras, festas ou praça pública. Não são específicos dos comícios como ocorre com os conflitos ligados à delimitação da "fronteira" entre público e palanque.

Olhando mais de perto, todavia, para esses conflitos de "fronteira" e mesmo para essas projeções de disputas cotidianas, o que se verifica é que estão em jogo, basicamente, tensões próprias à coexistência entre as regras que operam no cotidiano e as regras próprias do ritual. Quando, por exemplo, um político desce do palanque e faz uma espécie de comício dentro do comício, além de estar invadindo um espaço que não é seu, ele está infringindo a regra que diz que, no comício, lugar de político e de discurso é no palanque. Do mesmo modo, é um conflito entre regras do cotidiano e regras do ritual que está em jogo quando um eleitor enfrenta, com toda a convic-

69. No sertão de Pernambuco, tomamos conhecimento de um caso de morte no local do comício em que a vítima era candidato do partido que promovia o comício mas a motivação para o crime nada tinha a ver com política. Apesar disso, alguns anos depois, seu irmão referia-se ao evento como um crime político e responsabilizava o chefe da facção a que o assassinado estava vinculado, argumentando que o fato não teria ocorrido se ele, "o deputado", não tivesse atraído o irmão para a política.

ção, os seguranças do palanque para ter acesso a um político que ali está e com quem mantém algum tipo de ligação no dia-a-dia⁷⁰.

O comício apresenta-se como uma espécie de dramatização do que seria uma situação fundadora, em que os de cima e os de baixo da hierarquia social se encontram para definir modalidades de relacionamento.

Ao contrário do pacto rousseauista, em que homens livres associando-se produzem "un corps morale et collectif composé d'autant des membres que l'assemblée a de voix, lequel reçoit de ce même acte son unité, son moi commun, sa vie et sa volonté", os comícios contrapõem dois coletivos diferentes — um palanque reunindo indivíduos que têm em comum a atividade política, o "fazer política", e um público composto por excluídos do palanque — e internamente heterogêneos; ali, reunindo-se políticos, artistas e convidados, ou seja, indivíduos que têm uma posição diferenciada diante do "fazer" da política; aqui, um pouco ao sabor dos acontecimentos, indivi-

70. É preciso lembrar que esses conflitos ligados à coexistência entre os dois códigos são mais amplos que a relação entre público e palanque, embora essa relação esteja, em alguma medida, sempre presente. Eles parecem se colocar, em primeiro lugar, para cada um dos membros do palanque ou do público que precisa operar conversões. Possivelmente, se coloca mais intensamente para os que estão ou deveriam estar no palanque porque, postos em evidência, têm que demonstrar o seu saber fazer político também na realização feliz dessa conversão. Um velho camponês de Pernambuco que, feito candidato, recusa-se a discursar e pede para alguém o fazer em seu lugar, certamente não percebeu que uma das conseqüências da condição de candidato é ter de falar em público e que ser um homem de palavra, mas de poucas palavras, fórmula eficaz para o seu reconhecimento no cotidiano, não lhe basta para ter sucesso como candidato. Do mesmo modo, o candidato a vereador que não consegue dosar as acusações que faz a adversários está certamente interpretando mal o papel que lhe cabe, na divisão de tarefas estabelecida com os candidatos majoritários, de, através de denúncias, fazer a ponte entre o formalismo do palanque e o cotidiano. Está confundindo o comentário picante ou mesmo maldoso que se faz na roda de amigos com a denúncia, que, tanto quanto o elogio, supõe uma certa formalidade, correndo assim o risco de ultrapassar a fronteira que separa o destemor ou o humor da irresponsabilidade. Já os que estão embaixo, no limite poderiam permanecer presos às regras do cotidiano, não fosse a necessidade que têm de avaliar o bom desempenho dos candidatos. Significativamente, no mesmo município, deparamo-nos com um camponês que, na periferia do público de um comício de engenho, declarava não gostar de comício porque os candidatos costumam falar mal das pessoas, o que não aprovava, e também porque temia que falassem mal dele próprio. Se o camponês-candidato parecia não perceber que estava em cima de um palanque, esse camponês-eleitor não percebia que estava fora do palanque, desse ou de qualquer outro, e, portanto, fora do alcance dos ataques dos oradores e, muito menos, o caráter ritual daquele "falar mal".

duos ou grupos articulados por diferentes pertencimentos étnicos, ou sociais, cujo único atributo comum é a condição de integrantes do público do comício. Essa dupla diferença — de posição e de composição — é tão maior quanto, como já foi assinalado, esses dois coletivos operam com linguagens diferentes: o palanque com a palavra formal do discurso político, o público com a informalidade do comentário "de pé de ouvido".

A distância instaurada pelo palanque dá visibilidade e confirma divisões correntes, através das quais a sociedade se pensa. Por outro lado, ela agrupa o que, em outras circunstâncias, está disperso. Assim, ao contrário do cotidiano, em que "patrão" é "o patrão" e os de baixo estão "isolados" na submissão a um patrão, no comício, todos os patrões estão reunidos no palanque diante de "todos" os excluídos. Mas, enquanto a reunião dos de baixo torna-os ainda mais invisíveis individualmente para os de cima — embora a sua identificação como "massa" que atende às palavras de ordem de determinado candidato seja fundamental na competição que se instaura dentro do palanque, o apontar a sua "massa" funcionando como um trunfo de que dispõe um candidato a vereador para fortalecer sua posição diante de um candidato a prefeito ou de um candidato de âmbito estadual, interessado em discernir quem dispõe de votos —, a reunião do palanque, pondo os de cima em evidência, contribui para singularizar os patrões, ao mesmo tempo que torna mais visíveis, aos olhos dos que estão embaixo, as suas articulações em cima (e para cima), permitindo uma melhor avaliação do seu peso político e social.

A suspensão das relações pessoais que fazem o cotidiano não significa a sua supressão do comício. Na verdade, elas reaparecem estilizadas naquela espécie de encenação que se dá no palanque, em que atores representam, por assim dizer, seus próprios papéis cotidianos. Mas, diferentemente do cotidiano, o que o público vê não são os seus candidatos isolados, mas juntos, conversando, abraçando-se, demonstrando, através de palavras e gestos, uma proximidade social apenas insinuada fora do *tempo da política*.

Se, eventualmente, essa proximidade é objeto de censura (é comum ouvirem-se comentários irônicos ou amargos a respeito de um candidato que, no palanque, conversa animadamente com um desafeto), se bem administrada, ela se constitui numa demonstração, ao vivo, da familiaridade do candidato com o mundo da política e o indicador seguro de sua rede de relações, vale dizer, de seu peso político. Ao mesmo tempo em que mostra que a política é feita de relações pessoais (são estas que, formalizadas,

estilizadas em certos tipos de gesto, no uso da entonação adequada na hora de falar, no saber circular no palanque, no saber relacionar-se com os que têm mais e menos poder, são sacralizadas no e pelo palanque), fornece uma espécie de mapa para aqueles que, na sua vida cotidiana, irão depender dos favores dos poderosos.

O comício, olhado a partir do público, revela, com nitidez, a assimetria entre os que estão em cima e os que estão embaixo. O público identifica sem ambigüidade o seu palanque. Quando alguém do público se refere ao "nosso palanque", ele o faz, portanto, apontando para um palanque que é o seu, no sentido de que é o palanque a que ele pertence (com o qual ele se identifica), mas que ele sabe que não lhe pertence, e sim aos que "fazem parte do palanque" ou, o que nesse contexto significa a mesma coisa, "fazem o comício".

O olhar do palanque é distinto. Os membros de um palanque estão referidos ao público que a eles assiste, cujas reações, como já apontamos, são essenciais ao bom andamento do comício e à avaliação que os de cima fazem do sucesso ou não do seu empreendimento. Mas essa referência não é absoluta. Os membros do palanque estão, simultaneamente, se dirigindo a um público mais amplo que o público daquele comício e assinalando sua diferença diante de outros palanques. Nessa acepção, o palanque envolve, num certo sentido, mais do que aquele conjunto de pessoas que fala ou se mostra a um público determinado; ele inclui palanque e público de um comício por oposição a palanques, que ele pretende sem público, de outros comícios. Ou seja, aqui, o termo palanque é usado para designar comício, sem perder, contudo, mas ao contrário, tendo reforçado o seu significado específico de centro de um comício.

O que está em jogo, no caso, é menos a dramatização de um encontro entre os de baixo e os de cima da hierarquia social do que a manifestação pública de uma facção.

Os comícios e o tempo da política

Uma das peculiaridades dos rituais políticos face aos rituais propriamente religiosos é que, ao contrário destes, eles estão vinculados a uma disputa pelo poder. As ligações entre ritual e conflito têm sido explicitadas

pela literatura, que tem enfatizado a importância dos ritos, tanto na solução de contendas, quanto na mobilização de energia das partes em disputa para o enfrentamento. Em ambas as situações, permanece, todavia, uma certa externalidade do ritual com relação à disputa em questão. A ênfase é a função "conservadora" ou "subversiva" do ritual (Kertzner 1988: 125-150), não sendo consideradas as relações eventualmente existentes entre tais rituais. A não ser na menção vaga à existência de um conflito, o ritual ou os rituais encenados por cada uma das partes acabam sendo analisados de *per se*, tal como um ritual religioso cujas performances e simbolismo fossem suficientes à sua compreensão. A análise dos comícios políticos sugere, ao contrário, que as suas relações internas (palanque e público, palanque-palanque, público-público) não são passíveis de entendimento pleno sem que sejam consideradas as relações entre comícios. Estamos pensando menos no fato de que cada facção realiza não um único, mas vários comícios, e que esses comícios são seqüenciados, do que nas relações que se estabelecem entre essas seqüências e que são internalizadas por cada comício singular. O que vimos é que não há como pensar um comício sem que se pense sua dupla referência a um público presente e a um público maior e sem que se pensem palanques reciprocamente referidos nas acusações que se fazem, mas também nas propostas que elaboram; mas, sobretudo, na delimitação das fronteiras que os separam, ao colocar no centro de suas preocupações a exposição pública das adesões e a exclusão dos adversários.

Ao longo da campanha eleitoral, cria-se uma dinâmica entre comícios em que um comício singular incorpora o que é realizado (dito, feito e avaliado) pelos comícios anteriores da própria facção e da facção adversária e gera ações que levam a facção oposta a proceder da mesma maneira. O comício, desse modo, mais do que realizar uma determinação preestabelecida do planejamento de campanha, acaba expressando um certo estado da disputa e provocando alterações no tom, forma, seqüência e mesmo conteúdo dos comícios adversários.

O sistema de trocas que se estabelece entre comícios não só vai aumentar a importância dos comícios nos esquemas de campanha e mudar o ritmo das campanhas, mas vai subverter as próprias relações entre comício e campanha. De instrumento ao lado de outros e, portanto, parte da campanha eleitoral, os comícios se tornam elementos de uma tessitura de relações que passa englobar a campanha. Não é por acaso que, em algumas áreas, o termo campanha, embora guardando o seu significado formal original (afi-

nal de contas, a campanha "legal" dos partidos e dos tribunais eleitorais continua existindo), passe a designar as ações preparatórias de um comício.

A seqüência de comícios vai balizar as atividades do período da campanha eleitoral. A realização de um comício é pretexto para a realização de um comício maior pelo adversário. Uma promessa feita num comício desencadeia contrapromessas ou promessas maiores a serem feitas num próximo comício do adversário. Uma acusação feita num comício cria para o adversário a obrigação da resposta pública e, eventualmente, da contra-acusação num comício seguinte. Um comício e/ou o que é dito e feito num comício, diante de um público restrito, mas dirigido, simultaneamente, para um público mais amplo (que engloba também o público de outros comícios), não espera a realização de outros comícios para se tornar objeto de comentários entre aqueles que não precisam de comícios — até porque essa não é a modalidade própria de uso da linguagem nos comícios — para exercerem o "comentário", uma forma mesquinha de comunicação quando se trata da grande política, mas a forma por excelência de exercício daquilo que Bailey chama de política da reputação (Bailey 1971). A partir de cada comício, esse produto das trocas entre comícios que são as acusações e as promessas, mas não apenas eles, transformados em temas de conversa, embebem de política o cotidiano da comunidade. Essa espécie de "contaminação" do cotidiano da comunidade pela política (até agora sinônimo de eleições) por sua vez irá garantir o sucesso dos comícios seguintes, assegurando público e "clima". O que até esse momento era uma atividade própria dos políticos transforma-se numa paixão de todos, levando a divisão instaurada entre palanques para dentro das esferas supostamente menos permeáveis às paixões políticas — o lazer, os rituais religiosos e a própria família. Mas os próprios comícios irão se encarregar de disciplinar essa paixão. Ao separarem palanque e público e definirem hierarquias dentro dos próprios palanques, eles, por assim dizer, restabelecem a ordem na disputa.

Mas, além de fornecerem marcos de referência às atividades eleitorais e temas de conversa ou discussão para o cotidiano dos membros da comunidade, as trocas entre comícios e os subprodutos de troca de cada comício criam uma espécie de coerção, no sentido durkheimiano, que faz com que as pessoas, no intervalo de dois comícios, vivam esperando o próximo comício, replicando, de algum modo, o que se passa no intervalo entre duas eleições, quando as decepções provocadas pelo descompasso entre o dia-a-dia das relações sociais e as promessas feitas e compromissos assumidos

durante o período eleitoral produzem, sobretudo entre aqueles mais diretamente envolvidos com a política, a expectativa de uma próxima eleição capaz de produzir os realinhamentos necessários. Além de temas e interesses, portanto, o que o jogo entre comícios e cada comício que participa desse jogo fazem é definir uma certa intensidade e estabelecer um certo ritmo para as relações sociais. Acompanhando a formulação feita pelos que vivem essa trama de comícios, podemos dizer que produzem um certo "tempo", o *tempo da política*, em que a eleição propriamente dita não é a única e nem necessariamente a atividade central em cada um de seus intervalos, embora seja crítica na "resolução" desse tempo e a referência-limite do seu último movimento.

Os comícios são, ao mesmo tempo, os motores e os relógios (marcadores de tempo) desse tempo da política. E a campanha eleitoral, transformada pelos comícios, se mostra como apenas uma parte do tempo da política, aquela que toca aos militantes e aos candidatos.

BIBLIOGRAFIA

- BAILEY, F.G. 1971. "Gifts and Poison". In *Gifts and Poison: The Politics of Reputation* (F.G. Bailey, ed.). Oxford: Basil Blackwell.
- BLOCH, Maurice. 1975. "Why Oratory?". In *Political Language and Oratory in Traditional Society* (Maurice Bloch, ed.). London: Academic Press.
- . 1989. "Symbols, Song, Dance and Features of Articulation: Is Religion an Extreme Form of Traditional Authority?". In *Ritual, History and Power. Selected Papers in Anthropology*. London: The Athlone Press.
- DAMATTA, Roberto. 1979. *Carnavais, Malandros e Heróis — Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GARCIA JR., Afranio. 1983. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOFFMAN, Erving. 1987. "La Conférence". In *Façons de Parler*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- GUEBEL, Claudia. 1994. El Mundo de Tita. Redes Sociales, Política y Bar. *Cuadernos de Antropología Social* 8. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas — FFyL — UBA.
- HEREDIA, Beatriz A. 1979. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KERTZER, David I. 1988. *Ritual, Politics and Power*. New Haven: Yale University Press.
- PALMEIRA, Moacir G.S. 1991. "Política, Facção e Compromisso: Alguns Significados do Voto". In *Anais do 2º Encontro de Ciências Sociais do Nordeste*. Salvador: CRH, FINEP, CNPq, ANPOCS.